



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE ARTES  
BACHARELADO EM PRODUÇÃO CULTURAL

**JULIA BARROS DE SOUZA**

**PRETOS DO IACS/UFF: PERTENCIMENTOS, LUTAS, IDENTIDADES  
E ESPECIFICIDADES.**

NITERÓI

2023

JULIA BARROS

**PRETOS DO IACS/UFF: Pertencimento, lutas, identidades e especificidades.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado dia 15 de Dezembro de 2023, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS).

Orientadora Acadêmica  
Profa. Dr<sup>a</sup>. Flávia Lages de Castro

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

5719p Souza, Julia Barros de  
PRETOS DO IACS/UFF: Pertencimento, lutas, identidades e  
especificidades. / Julia Barros de Souza. - 2023.  
77 f.

Orientador: Flávia Lages de Castro.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade  
Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social,  
Niterói, 2023.

1. Negritude. 2. Cotas Raciais. 3. Letramento Racial. 4.  
Produção intelectual. I. Castro, Flávia Lages de,  
orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de  
Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD - XXX



COORDENAÇÃO DE  
PRODUÇÃO CULTURAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

### ATA DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DE TRABALHO FINAL II

Ao **décimo quinto dia do mês de dezembro do ano de 2023**, às **onze horas**, realizou-se de forma remota (online), em conformidade com resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense - CEPEX/UFF no 637/2022 e 1.59/2022 - a sessão pública de arguição e defesa do Trabalho Final II intitulado **PRETOS DO IACS/UFF: Pertencimento, lutas, identidades e especificidades**, apresentado por **Julia Barros de Souza**, matrícula **214033106**, sob orientação do(a) **Dra. Flávia Lages de Castro**. A banca examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

- 1º Membro (Orientador(a)/Presidente): **Dra. Flávia Lages de Castro**
- 2º Membro: **Dra. Janaina Damaceno Gomes**
- 3º Membro: **Dra. Cristiane Cardoso Campos**

Após a apresentação do(a) candidato(a), a banca examinadora passou à arguição pública. O(a) discente foi considerado(a):

Aprovado

Reprovado

**Com nota final após arguição: 10.0**

E para constar do respectivo processo, a coordenação de curso elaborou a presente ata que vai assinada pelo presidente da banca:

---

Presidente da Banca

**NITERÓI**

**2023**

**JULIA BARROS DE SOUZA**

**PRETOS DO IACS/UFF: PERTENCIMENTO, LUTAS, IDENIDADES E  
ESPECIFICIDADES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito para a obtenção do título de  
bacharel em Produção Cultural pela  
Universidade Federal Fluminense (UFF) –  
Instituto de Artes e Comunicação Social  
(IACS).

Aprovada em:      de                      de

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. **Orientador** (a): Flavia Lages de Castro

Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS), Universidade Federal Fluminense (UFF).

---

Prof. Dr.<sup>(a)</sup> **Examinador** (a): Janaina Damaceno Gomes

Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS), Universidade Federal Fluminense (UFF).

---

Prof. Dr.<sup>(a)</sup> **Examinador** (a): Cristiane Cardoso Campos

Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS), Universidade Federal Fluminense (UFF).

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha orientadora, Flávia Lages, que conseguiu me tirar da inércia e me ajudou a reacender meu senso crítico e construtivo. Aos docentes de Produção Cultural e da UFF, que ajudaram meu eu a ser uma mulher mais firme, consciente e letrada racialmente. À minha família por não podarem as minhas asas e acreditarem no meu potencial e aos meus amigos que constroem pontes diárias de afeto entre nós.

Muito Obrigada.

## RESUMO

Esse estudo possui como finalidade descrever sobre o ingresso de negros nos cursos de artes e comunicação do Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense. Além disso, enfatiza a ampliação da negritude que ocupa espaços negados historicamente, visto de um olhar estrutural. Para tanto, apresenta o histórico de negação, desde o Ensino Fundamental à Graduação. Onde diversos alunos já tiveram que desfazer de suas raízes para preencher lugares ocupados majoritariamente pela branquitude e ao mesmo tempo tentando fortalecer o sentimento de pertencimento daquele que convive em sociedade, querendo ser aceito de modo como é; e nem sempre precisando ser identificado como um indivíduo estereotipado. Ressalta-se que o negro será identificado como o protagonista principal do estudo, além de outras questões que mostram como o espaço do IACS se tornou multiculturalista e o que tem sido feito para que os negros possam ser cada vez mais aceitos em ambientes nos quais não eram bem-vindos até determinados tempos atrás. Ao concluir o trabalho foi possível verificar que ingresso dos negros nos cursos de artes e comunicação do IACS, trouxe benefícios para que esses indivíduos possam ter seu espaço nas instituições de ensino, o que lhes proporciona maior conhecimento e informação no processo de ensino e aprendizagem nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, especialmente, no Brasil.

**Palavras-chave:** Negros; Cursos de Artes e Comunicação; Ensino Fundamental; Graduação; Letramento Racial; Branquitude; Silenciamento.

## **ABSTRACT**

This study aims to describe the entry of black people into arts and communication courses at the Institute of Arts and Social Communication (IACS). In addition, it emphasizes the expansion of blackness that occupies historically denied spaces, seen from a structural perspective. To do so, it presents the history of denial, from Elementary School to Graduation. Where several students have already had to give up their roots to fill places occupied mostly by whiteness and at the same time trying to strengthen the feeling of belonging of those who live in society, wanting to be accepted the way they are; and not always needing to be identified as a stereotypical individual. It should be noted that the black person will be identified as the main protagonist of the study, in addition to other issues that show how the space of the IACS has become multiculturalist and what has been done so that black people can be increasingly accepted in environments where they do not were welcome until certain times ago. Upon completion of the work, it was possible to verify that the entry of black people into the arts and communication courses at the IACS, brought benefits so that these individuals can have their space in educational institutions, which provides them with greater knowledge and information in the teaching and learning process in the undergraduate and graduate courses, especially in Brazil.

**Keywords:** Blacks; Arts and Communication Courses; Elementary School; Graduation.

## LISTA DE FIGURAS

|                 |    |
|-----------------|----|
| Figura 1 –..... | 16 |
|-----------------|----|

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO:</b> .....  | <b>11</b> |
| <b>1-COTAS RACIAIS</b> .....  | <b>19</b> |
| 1.1 – Cotas na UFF.....   | 27        |
| <b>2 – LUGAR DE FALA</b> .....  | <b>30</b> |
| 2.1 – Representatividade no âmbito acadêmico.....                                   | 31        |
| 2.2 – Silenciamento no Âmbito Escolar.....  | 33        |
| 2.3 – Evasões Escolares.....  | 36        |
| 2.4 – Ocupações pretas no Ensino Superior .....                                     | 41        |
| 2.4.1 – Racismo na Universidade.....  | 45        |
| 2.5 – Sucateamentos da Educação.....  | 52        |
| <b>3 – INGRESSO DE NEGROS NO IACS</b> .....   | <b>58</b> |
| 3.1 - Pelo olhar dos estudantes do IACS.....  | 62        |
| 3.2 – Representações e Personalidades inspiradoras para os alunos do Instituto..... | 69        |
| <b>4- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>73</b> |
| <b>5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | <b>77</b> |

## INTRODUÇÃO

O negro contribui historicamente para construção da sociedade atual, com sua cor, seu dom, sabedoria, cultura e diversidade. Observa-se genuinamente que existe um povo que, sem esquecer o seu fardo histórico, vive a lutar pela sua sobrevivência, atravessando os percalços diários sem esquecer a dor que seus antepassados sofreram.

Poderia passar muito tempo aqui escrevendo sobre as dores carregadas pela negritude e o peso diário que é ter um tom de pele mais escuro. Mas há coisas que só quem vive, sabe. O que se torna um pouco mais fácil é apresentar algumas das dificuldades que o negro, no Brasil, vive durante sua trajetória até a academia. O racismo é um traço que, historicamente, estruturou a sociedade brasileira; o cidadão negro sofre essa discriminação seja pelo tom de pele, seja pelos traços negroides, pelo tipo do cabelo. Mas uma coisa é fato, nenhum negro no Brasil consegue passar sua vida sem ser estereotipado.

Durante o começo da vida os pais já se atentam às questões raciais, embora seja muito pouco para o restante da vida. Viver na bolha familiar protege as crianças que têm condições mínimas e vivem em um ambiente familiar saudável. Já durante a escola tende-se a começar a destacar as pequenas diferenças e os questionamentos do por que da existência de tais diferenças. Fato é que esses questionamentos tendem a crescer se somados aos *bullying's*<sup>1</sup> por parte de terceiros.

Com certa idade já é possível à aceitação e o entendimento que determinadas coisas são difíceis de serem mudadas, mas nem por isso a luta e a resistência devam deixar de existir, ao contrário, aí sim que elas se tornam cada vez mais necessárias. Com o entendimento de que o tom de pele é algo natural se facilita o nascimento e crescimento de uma identidade por trás de cada melanina. Entretanto, para o negro viver em harmonia infelizmente não depende só

---

<sup>1</sup> Esse termo significa comportamentos violentos no ambiente escolar, quando existem agressões físicas ou verbais, com intenções recorrentes, sem que haja motivação visível, estas geralmente ocorrem não apenas por um ou mais indivíduos, promovendo intimidação e constrangimento, independente do sexo. (VIANNA, 2011)

dele. Ainda se convive com o racismo descarado, o racismo mascarado, o racismo estrutural, o racismo institucional, dentre outras formas de agressões que continuam ocorrendo.

Faz um tempo que se convive, no Brasil, com um discurso de que “somos todos iguais” - ou que não há racismo. Contudo, as punições para quem comete tal ato ainda são pequenas perante a dor que é ser alvo dessa agressão.

Ressalta-se que, com o objetivo de criminalizar aquele comete algum preconceito por raça ou cor, foi elaborada a Lei n.º 7.716, de 05 de janeiro de 1989, conhecida como Lei Caó. Esta sancionada pelo então Presidente da República, na época, José Sarney. A referida lei prevê pena de 2 a 5 anos de prisão para quem infringi-la, além da infração ser inafiançável e imprescritível. Apesar de ter sido criada há 30 anos, para alguns especialistas demorou-se para que algo fosse feito, tendo em vista que o Brasil deixou de ser escravocrata há 130 anos. Vale lembrar que antes da abolição o Brasil conviveu durante 350 anos com a escravatura.

Em uma entrevista, publicada pelo Jornal Estado de Minas, em 05 de janeiro de 2019, a professora Gina Vieira, autora do projeto intitulado “Mulheres Inspiradoras”, refere-se a essa norma jurídica, afirmando que:

“O ganho mais importante dela é o pedagógico. Existe o mito da democracia racial, de que nós não somos um país racista, de que o racismo é velado. Para os negros, ele nunca foi velado, porque acontece diuturnamente. A lei mostrou que o Brasil é, sim, um país racista e precisa de ações efetivas para lidar com isso.” (VIEIRA *apud* JORDÃO, 2019, [s. p.]).

Posteriormente a Lei Caó, surgiram outras tentativas legais de combate ao racismo, entre elas, o “Estatuto da Igualdade Racial” (Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010), que foi sancionada pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como objetivo de “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. (BRASIL, 2010)

A lei constituiu uma grande vitória para a tentativa de equidade no país. Com 65 artigos, o estatuto abrange diversas áreas, desde a cultura até o acesso à moradia, liberdade religiosa, entre outros itens. Apesar de haver o estatuto, infelizmente nem toda liberdade do negro é respeitada, percebe-se que na prática a discriminação e o racismo ainda persistem.

Em 11 de Janeiro de 2023, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.532/2023<sup>2</sup>, que equipara injúria racial ao crime de racismo, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A sanção que tipifica racismo a injúria racial visa ação de combate ao racismo. Anteriormente o dito racismo recreativo era desqualificado a injúria racial, mesmo evidenciados racismo. De acordo com a lei atual “injúria a alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional” pode gerar pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa.

No ano de 2012, foi aprovada no Brasil a Lei de Cotas, o que levou as instituições federais a reservarem 50% de suas vagas para alunos que estudavam em escolas públicas, negros e indígenas. Passados alguns anos da aprovação da referida lei, a ideia deste trabalho é entender a ocupação de estudantes negros em alguns cursos do Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), situada em Niterói, Rio de Janeiro. Essa ocupação, além de transformar a universidade em espaço multicultural, traz benefícios à comunidade negra do local e de fora, possibilitando o empoderamento e a construção de um país mais igualitário e justo para todos.

Diante deste cenário este trabalho de pesquisa tem como tema “Pretos do IACS/UFF: Pertencimento, lutas, identidades e especificidades”, procurando entender a preservação dos estudantes negros no instituto, apontando as apropriações em cursos do IACS, legitimando as suas buscas a ocupar espaços culturais e interativos, e suas validações para entrar no mercado

---

<sup>2</sup>“Lei que tipifica injúria racial como crime de racismo entra em vigor”. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/01/lei-que-tipifica-injuria-racial-como-crime-de-racismo-entra-em-vigor>>. Acesso em: Out. 23.

de trabalho. O recorte deste tema é pensado como uma forma de fortalecer o Instituto adotando práticas antirracistas e da inclusão de alunos pretos para que se sintam pertencentes ao IACS, adquirindo conhecimento necessário e suficiente para adentrar em vagas profissionais e ocupando lugares que historicamente são ocupadas por pessoas brancas. Sendo o IACS um ambiente multicultural, busca-se também a equidade e mais acesso de pessoas pretas no Ensino Superior.

Tendo em vista que ainda não há nenhuma pesquisa desse modelo no curso de Produção Cultural, considera-se de extrema importância um estudo que se atenha ao Instituto, evidencie o acesso de negros ao IACS. Para avanços e melhorias posteriores, verifica-se o interesse em se obter informações mais precisas e atualizadas. Tal pesquisa poderá servir de subsídio para melhor entender como está acontecendo, no IACS, o ingresso dos alunos negros, sua manutenção e a aceitação da política de cotas neste referido Instituto. Além do mais, se justifica pelo interesse em se discutir a ocupação do espaço universitário de forma democrática, visando entender a urgência de uma universidade mais igualitária, pensando em como melhorá-la, não somente a chegada, mas a continuidade dos alunos negros dentro do IACS.

Considerando a importância de refletir sobre aspectos da cultura negra dentro da universidade, os capítulos desta monografia buscam entender, a aplicação da Lei de Cotas, o processo de aceitação das Cotas Raciais nacionalmente e na UFF, a importância dos alunos terem seu lugar de fala respeitado no âmbito acadêmico e fora dele, representatividade na academia, histórico estudantil e social do aluno negro, percepções sobre as evasões escolares, enegrecimento das universidades, racismo nas universidades, ingresso de negros e negras no IACS e olhar dos estudantes perante UFF e a sociedade. A metodologia usada foi uma

Análise Qualitativa<sup>3</sup> e pesquisas bibliográficas com caráter descritivo, cuja coleta de dados foi realizada através da consulta de livros, artigos, periódicos entre outros acervos disponíveis em sites de internet credenciados, além de Pesquisa de Campo<sup>4</sup>, com o intuito de conseguir entrevistas com alunos, para melhorar a qualidade deste projeto de pesquisa, sendo essa, uma das maiores dificuldades destes trabalhos, a ausência de pessoa pretas transeuntes dentro do IACS, foi perceptível visualmente a raridade de pessoas pretas no Campi. Onde, neste dia específico tive contato com apenas cerca de 10 alunos pretos, os próprios alunos ao serem questionados sobre a falta de diversidade nos cursos concordavam com a situação e se empenhavam em ajudar respondendo a pesquisa e compartilhando com seus colegas autodeclarados negros. O que afirma o questionamento da ausência de pretos na UFF e da ausência de aspectos culturais diferentes dentro do campus.

Mesmo nas tratativas e divulgações online não foi uma tarefa fácil, a ideia inicial era de tentar angariar no mínimo 5 pessoas de cada um dos 8 cursos do Instituto, porém pela dificuldade do acesso a outros cursos do IACS não foi possível atender a este objetivo, tendo este questionário sendo respondidos por alunos de Produção Cultural, Artes, Comunicação Social, Cinema e Audiovisual, Biblioteconomia, Arquivologia, Jornalismo e Estudos de Mídia. Durante o processo de escrita foi optado por deixar as respostas em forma de citações e comentários para que fossem mais bem exploradas as vozes e reivindicações dos alunos que participaram das entrevistas e questionário.

No processo de escolha deste projeto, foi observada uma questão necessária a ser exposta aqui, a ausência de professores negros para auxiliar a escrita desta monografia dentro do recorte pensado durante a escolha do tema. Dentro das tratativas da pesquisa foi necessário ir ao IACS para melhor adequação do trabalho, comparecendo as aulas de Marketing Cultural

---

<sup>3</sup> A análise de dados qualitativos envolve descobrir e entender um cenário de forma geral, utilizando informações individuais.

<sup>4</sup> Trabalho de campo é uma técnica de pesquisa utilizada na Antropologia, que exige o contato direto do pesquisador com situações, cenários, fenômenos, práticas, pessoas, grupos e/ou sociedades que se deseja estudar.

e Métodos de Pesquisa e Cultura, com o objetivo de conhecer novos alunos pretos, conversar sobre este projeto, divulgar o questionário final e ouvir dos alunos opiniões acerca do tema escolhido. Durante este período, foi observada a pouca variedade fenotípica dentro da sala de aula e no Instituto, onde majoritariamente tive troca com pessoas brancas. Foi interessante notar a aceitação deles para com o tema exposto e a liderança em ajudar a entender o questionamento proposto, sendo agraciada também pela ajuda dos mesmos na divulgação e interação com o projeto, formando assim o IACS, jovens e adultos antirracistas.

Neste projeto, quando se analisa a faculdade como uma extensão do lar do aluno, tenta-se entender qual o papel daquele espaço geográfico na vida dele. O dia-a-dia na Universidade pode vir a refletir diretamente na vida social do aluno e vice-versa. É de extrema importância que administradores e gestores das universidades tentem tornar o espaço da universidade pública, um local de pertencimento dos alunos frequentadores, assim como a Casa Rosa é.

Destaca-se que esta Casa foi construída sob a forma de um solar, com dois andares, tendo uma grande fachada térrea, contendo uma porta de folha dupla e um arco pleno, além de janelas retangulares. No andar superior, existe uma sequência de portas e janelas em arco pleno que podem ser abertas para um pátio que possui um gradil de ferro, conforme mostra a Figura 1<sup>5</sup>, a seguir: Casa Rosa conhecida também como Casarão.



<sup>5</sup> **Fonte:** Disponível em: <<https://www.uff.br/?q=noticias/05-09-2018/iacs-e-cine-arte-uff-50-anos-de-educacao-arte-e-cultura>>. Acesso em: Out. 23.

No rendimento acadêmico do aluno certamente interfere o fato de sentir-se acolhido no espaço onde estuda e convive, de não se sentir pré-julgado pelos pares, de ser respeitado em suas especificidades. Com a modernidade é mais difícil criar laços, pois a vida corrida faz com que as pessoas se apeguem menos aos lugares, guardando em memória outros que lhes gerem um grande apego. Algumas universidades, além de local de estudo, é uma extensão da moradia do aluno, principalmente, para aqueles alunos que vêm de outros Estados ou os que passam a maior parte do tempo dentro dela.

A UFF tem diversos campus, em várias regiões do Estado do Rio de Janeiro, porém nem todos são lugares multiculturais e diversos. Sendo alguns apenas lugares de passagem, sem identidade, não relacional, onde alunos não se sentem pertencentes daquele determinado espaço. Na visão de Augé (1994, p. 115), “o não-lugar é diametralmente oposto ao lar, à residência, ao espaço personalizado. É representado pelos espaços públicos de rápida circulação”. Dessa forma, a universidade ao mesmo tempo em que poderá ser um lugar de pertencimento para alguns, poderá vir a ser um não-lugar para outros. Outra explicação mencionada pelo mesmo autor, diz que a modernidade produz não-lugares. Essa afirmação tem extremo sentido quando se pensa nas multifunções e multitarefas que a população faz durante seu tempo hábil.

Toda sensação de pertencimento e acolhimento dos alunos possibilitam a identificação e o reconhecimento daquele lugar como sendo o “*Nosso*” lugar, facilitando também a assiduidade do aluno nos espaços a serem ocupados, ao expor como se dá a construção de um espaço com multiculturalidade e democracia a pesquisa tenta entender como se deu a sensação de pertencimento entre o aluno negro e o IACS, analisando as formas que alunos negros utilizam para democratizar o instituto, suas formas de ocupação e lutas pelo enegrecimento do local, evidenciando quais são as políticas da universidade para a permanência de alunos de baixa-renda (bolsas, auxílios, estágios, projetos), estimulando a interação dos negros ocupantes do IACS, compartilhando histórias sobre o acesso deles de

vida desde o ensino fundamental e validando a forma com que os alunos de artes e comunicação usam o senso crítico para combate do racismo e outros preconceitos correlatos.

## **CAPÍTULO I**

### **COTAS RACIAIS**

Diante das enormes disparidades entre a presença de negros, brancos e índios nos cursos superiores do Brasil, em 29 de agosto de 2012, foi aprovada a Lei de Cotas de nº 12.711, que estabeleceu que 50% (cinquenta por cento) das vagas nas Universidades Federais de todo o país fossem destinados aos estudantes de escola pública, negros e indígenas. (GUARNIERI; SILVA, 2017).

Segundo o previsto na referida Lei, no seu art. 1º, as instituições federais de educação superior, ligadas ao Ministério da Educação deveriam reservar (por curso e turno), no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas destinadas a estudantes que teriam cursado de forma integral o ensino médio em escolas públicas, levando em consideração outras condições. (LADEIRA; SILVA, 2018)

A Portaria Normativa de nº18, de 11 de outubro de 2012, através de seu art. 4º, veio a regulamentar o acesso de vagas, prevendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) das mesmas, e, reservando também aos estudantes que apresentassem “renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) do salário-mínimo per capita”, conforme seu inciso I. (BRASIL, 2012).

Vale ressaltar que, em dezembro de 2016, a lei foi adulterada, possibilitando o maior ingresso de deficientes em universidade. Dessa forma, o então Presidente da República, Michel Temer, sancionou a Lei de n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016, no qual dava garantias, reservando vagas para pessoas com deficiências em instituições de nível superior, o que está disposto no art. 3º dessa norma legal. (BRASIL, 2016).

Nesse contexto, alguns anos se passaram e aqui se inicia uma análise sobre benefícios e críticas no que se refere a essas políticas. Constata-se que tempos depois surgiram alguns debates, sobre essa medida que foi tomada visando garantir maior acesso das minorias, nas

universidades públicas brasileiras, tentando reparar uma dívida histórica de discriminação, sobretudo, em relação a negros e índios.

Segundo Guanieri e Silva (2017) a primeira universidade pública a aderir à Lei de Cotas Sociais para alunos de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, o que aconteceu no ano de 2003. Já no ano seguinte, foi a vez da Universidade de Brasília (UnB), considerada a primeira instituição federal a utilizar o sistema de Cotas Raciais. Entre os anos de 2003 a 2010, cerca de oitenta e três instituições de ensino já tinham aderido ao sistema de cotas.

Sobre o assunto, Collins (2016) assegura que:

“[...] não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar apenas as experiências individuais, mas de entender que o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades”. (*apud* RIBEIRO, 2017, p. 61).

As estatísticas obtidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que mais da metade da população, cerca de 54%, se consideram negros, pardos ou indígenas. Entretanto, ainda se torna difícil perceber essas raças em situação igualitária, nos bancos universitários quando comparados a alunos brancos, motivo pelo qual foi criada a cota, buscando diminuir as desigualdades gritantes no acesso às universidades públicas no País.

Diante disso, novos questionamentos foram surgindo, dentre eles, cita-se o jornalista Ali Kamel, que através de um artigo intitulado “Somos todos Pardos”, em 29 de dezembro de 2003, no Jornal O Globo<sup>6</sup>, assinala que: várias instituições universitárias que aderiram políticas dessa natureza promoveram alguns debates que foram pouco discutidos na sociedade brasileira. O mesmo autor prossegue afirmando que:

---

<sup>6</sup> “Somos todos pardos”. Disponível em: <<http://www.alikamel.com.br/artigos/somos-todos-pardos.php>>. Acesso em: Out. 23.

“[...] em breve se estará a correr um grave risco, vendo o que nunca se viu no Brasil, ou seja, o ódio racial. O certo é o simples: instituir cotas não raciais, mas baseadas na renda. Assim, pobres, que hoje não chegam à universidade, seriam incluídos, não apenas negros, pardos ou brancos”. (KAMEL, 2003, [s. p.]).

Já o Presidente da Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Pedro Cruz, em entrevista ao Super-VestibularUol (2023)<sup>7</sup>, apresentou sua opinião favorável, considerando que o ideal seria que as pessoas tivessem as mesmas oportunidades, estando assim, em pé de igualdade. Porém, como isso não é possível, se torna necessário a manutenção das cotas como forma de democratização do acesso em universidades públicas.

Nesse contexto, leva-se em consideração que há sim outras formas eficazes para democratizar o acesso, porém nenhum projeto em vista que resolva prontamente a disparidade de igualdade no Brasil. Desigualdade essa que torna as diferenças sociais gritantes e que se reflete até nos dias atuais. A lei de cotas tenta reparar minimamente um dos aspectos dessa dívida histórica.

Para Silvio Almeida em seu livro “O que é Racismo Estrutural?” (2018 p.55) “Não se pode desprezar a importância dos filósofos e cientistas para a construção do colonialismo, do nazismo e do apartheid”. Vale acrescentar que a ascensão econômica do povo negro no Brasil foi negada desde no início da colonização. Até os dias atuais se tem a mesma lógica, muito poder aquisitivo nas mãos de poucas pessoas, pessoas essas que alguns de seus antepassados enriqueceram utilizando mão de obra escrava e excluindo boa parte da população. Bento (2022) lembra em seu livro alguns feitos dos escravocratas: “expropriação de trabalho, violência física e psicológica, estupros, invasões, exploração de recursos naturais e tantas outras barbaridades” p.8. Daí observa-se que existe uma diferença enorme na qualidade educacional nacional entre escolas públicas e particulares, e infelizmente quem não tem dinheiro para pagar uma educação de qualidade se vê na mão do estado, que também não

---

<sup>7</sup>“Argumento a favor das cotas”. Disponível em:<<https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/cotas/argumentos-favor-das-cotas.htm>>. Acesso em: Out. 23.

demonstra interesse em ter uma educação básica pública de qualidade. Direito a estudar virou mercadoria, e só quem tem dinheiro tem acesso a isso. Almeida (2018) cita que “o racismo pode levar a segregação racial, ou seja, à divisão espacial de raças em bairros – guetos - bantustões – periferias e etc e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais” pag27.

Não se pode esquecer que no país, o investimento em educação nos últimos anos foi diminuído<sup>8</sup>, algumas escolas públicas apresentam um nível elevado estando entre as melhores como, os Colégios de Aplicação como o CAP - UERJ, escolas Técnicas e Federais, entre outros, mas infelizmente os números de vagas nestes colégios ainda não comportam boa parte da população pobre.

Nesse sentido, entende-se que as oportunidades educacionais entre os educandos não são as mesmas, sem as cotas sociais e raciais as vagas dentro da universidade pública continuariam majoritariamente preenchidas por quem tem boa estabilidade financeira, haja vista que possui uma educação básica de qualidade.

Diante desses argumentos, será preciso urgentemente melhorar o ensino básico público, valorizando o professor, proporcionando ao aluno boa alimentação, oferecendo transporte público de qualidade, dando materiais e uniformes para essa parcela da população. E por mais que seja fácil falar, parece que equiparar as escolas públicas brasileiras com as escolas particulares levariam décadas. A má qualidade na gestão pública em relação à educação faz com que falte acesso ao básico, tirando de crianças, jovens e adolescentes ditos menos favorecidos boa parte da aprendizagem.

Segundo palavras de Bruner (2001):

---

<sup>8</sup>“Investimento em educação é o menor em dez anos mostra levantamento”. Disponível em: <<https://www.assufrgs.org.br/2022/05/13/investimento-em-educacao-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento/>> Acesso em: Set. 23.

“Muito se tem discutido sobre a importância da escola como instituição formadora não só de saberes escolares como, também, sociais e culturais. Tendo isso em vista, alguns estudiosos do campo da educação e da cultura têm destacado o peso da cultura escolar no processo de construção das identidades sociais, enfatizando a escola como mais um espaço presente na construção do complexo processo de humanização.” (*apud* GOMES, 2002, p.40).

A escola deveria ter como um dos fundamentos principais ensinar os alunos o respeito com as minorias, questionar qualquer tipo de preconceito contra o outro. Nos dias atuais ainda pouco se fala sobre a cultura africana nas escolas, embora haja forte presença afrodescendente, é importante obter na base escolar estudos que levem em conta essa temática. Em geral, a falta de representatividade negra em livros didáticos, textos e no próprio ensino, faz com que no Brasil, alguns alunos ignorem o passado não somente escravocrata quanto miscigenado, e foquem em uma visão euro centrada movida historicamente.

Nesse cenário, Gomes assegura que:

“Temas como a representação do negro nos livros didáticos, o silêncio sobre a questão racial na escola, a educação de mulheres negras, relações raciais e educação infantil, negros e currículo, entre outros, começam a ser incorporados na produção teórica educacional. Porém, apesar desses avanços, ainda nos falta equacionar alguns aspectos e compreender as muitas nuances que envolvem a questão racial na escola, destacando os mitos, as representações e os valores, em suma, as formas simbólicas por meio das quais homens e mulheres, crianças, jovens e adultos negros constroem a sua identidade dentro e fora do ambiente escolar.” (GOMES, 2002, p. 40).

O Brasil é um país cuja historiografia oficial esconde seu passado, esconde suas raízes, nega o racismo, nega a escravidão, nega o esforço dos negros e coloca a culpa na meritocracia, sem pensar que ninguém vivencia da mesma maneira a história, que a alteridade é fundamental para uma humanidade plural. Se tivéssemos uma maior presença e valorização de movimentos e lutas sociais, relatando suas realidades, buscando reconhecimento e espaço e, conseqüentemente, na definição e exposição de suas identidades, talvez hoje fôssemos uma país mais aberto às discussões fundamentais que nos negamos a fazer enquanto nação.

Sobre o assunto, Hall (2006) aponta como a identidade dos indivíduos deixou de ser mais centradas, fixas ou baseadas somente na relação entre o ser e o meio para um conceito

mais imóvel, deslocado que fora estabelecido com a pós-modernidade. O mesmo autor prossegue sua linha de pensamento afirmando que:

“Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.” (HALL, 2006, p. 9).

Uma das grandes críticas relacionada à cota seria que a entrada de cotista diminuiria a qualidade do ensino. No entanto, em estudo publicado pelo Jornal Folha de São Paulo, em 2017<sup>9</sup> revela que o desempenho de cotistas é bom, ou até melhor que os demais, porém esse índice cai nas matérias exatas, pois, afirma a mesma reportagem que “a defasagem em matemática dos alunos das escolas públicas é evidente desde o ensino básico”, segundo informações de (TAKAHASHI; SALDAÑA, SOARES, 2017, [s.p.]).

Nessa matéria, o secretário-executivo da Associação dos Dirigentes das Universidades Federais (Andifes), Gustavo Balduino cita o exemplo da Universidade Federal do ABC (UFABC), que tem curso de reforço de matemática. No entanto, ainda faltam apoios que facilitem a permanência e adaptação desses alunos cotistas nas universidades, tanto que a evasão do aluno cotista é maior que a do não cotista. A permanência estudantil se torna uma questão a ser enfrentada.

Bolsas de permanência, estágios, auxílio transporte, bandeirão, aulas de reforço são essenciais para a permanência do estudante cotista na universidade. É importante buscar formas alternativas de não frustrar o aluno quanto a sua permanência dentro da universidade pública.

O estudante negro que consegue entrar em uma faculdade passa a fazer parte de um seleto grupo que, se bem instruído, terá maiores oportunidades de crescer, tanto pelo lado

---

<sup>9</sup>“Cotista tem nota boa na universidade, mas recua em cursos com matemática” Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1942100-cotista-tem-nota-boa-na-universidade-mas-recua-em-cursos-com-matematica.shtml>>. Acesso em: Set. 23.

peçoal, quanto no meio profissional. Para Nelson Inocência, membro integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade de Brasília, (UnB), declarou ao site Agência Brasil<sup>10</sup>, o crescimento no número de estudantes negros e brancos nas universidades, necessita encontrar outras formas de equiparar a educação de todas as raças. (BRITO, 2018)

Na visão de Inocência (2018) antes mesmo de se falar em igualdade racial, deve-se:

“[...] pensar em equidade racial, que exige políticas diferenciadas. Se a política de cotas não for suficiente, ainda que diminua o abismo entre brancos e negros, a gente vai ter que ter outras políticas. Não é possível que esse país continue, depois de 130 anos de abolição da escravatura, com essa imensa lacuna entre negros e brancos”, destacou Inocência (*apud* BRITO, 2018), [s.p.].

Em 27 de setembro de 2018, foi prorrogada por mais dez anos a Lei de Cotas em Universidades Estaduais Fluminenses<sup>11</sup>, em votação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). O projeto prorrogou também a obrigação do Governo do Estado em pagar bolsa auxílio aos estudantes que entram por cota, além de disponibilizar vagas de estágio aos alunos cotistas da Universidade Estadual em empresas públicas.

A questão da continuidade das cotas nas universidades federais também é prevista em lei, foi garantida por mais 10 anos e reformulada em 2023<sup>12</sup>. Com algumas alterações como: Inclusão de quilombolas no direito da Lei, inclusão da Lei nas pós-graduações e avaliação da Lei a cada 10 anos. Vale frisar que esta medida e debate deveriam ter sido tomados no ano 2022.

O ex-presidente do país, (2018-2022), Jair Bolsonaro, antes de se eleger, deu uma entrevista ao programa Roda-viva, cuja notícia foi publicada na Revista Isto É, de 31 de julho de 2018 em que iria sugerir a redução do percentual de cotas raciais em Universidades

<sup>10</sup>“Cotas foram revolução silenciosa no Brasil” Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>>. Acesso em: Set. 23.

<sup>11</sup>“Sistema de Cotas” Disponível em:<<https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/sistema-de-cotas/>> Acesso em: Set. 23.

<sup>12</sup>“Com um ano de atraso câmara aprova atualização da lei de cotas”. Disponível em:<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/09/com-um-ano-de-atraso-camara-aprova-atualizacao-da-lei-de-cotas.ghtml>>. Acesso em Out. 23.

Públicas do Brasil. Diante disso, o presidente respondeu com as seguintes palavras: “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida. É justo a minha filha ser cotista? O negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro”. (In: Revista Isto É, 2018, [s.p.])<sup>13</sup>.

“No fim das contas, quando se limita a olhar o racismo a aspectos meramente comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados ‘homens de bem’.” ALMEIDA, 2018 p28 e 29.

Outro a defender o fim das cotas raciais é o Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim, o então deputado, no dia 06 de maio de 2019, apresentou um Projeto de Lei n 470/2019<sup>14</sup> que propunha o fim das cotas raciais nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro. No texto do projeto o político justifica que as cotas instituem a “discriminação social para atingir objetivos políticos” e que “divide negativamente as sociedades onde são implantadas, gerando ódio racial e o ressentimento das pessoas que não entraram na Universidade”.

Em resposta a esse projeto, a também Deputada Estadual Dani Monteiro, em entrevista ao portal Brasil 247,<sup>15</sup> foi prontamente contra a medida e explicou que antes da existência de políticas afirmativas somente 2% da população negra obtinha o Ensino Superior completo. E durante a manutenção das cotas raciais 20% dos estudantes que estão na universidade são negros. A partir desses dados, vemos que essa é mais uma das razões que justificam a luta pela manutenção das cotas e seu aprimoramento nas universidades públicas brasileiras.

<sup>13</sup> “NÃO escravizei ninguém”, diz Bolsonaro ao defender redução de cotas. In: Revista Isto É, de 31 de julho de 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/nao-escravizei-ninguem-diz-bolsonaro-ao-defender-reducao-de-cotas/>> Acesso em: Out. 23.

<sup>14</sup> “Proj. Lei 2019/2023 - Proj. de Lei”. Disponível em: <[http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMWRkNjhmOTZiZTNiNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvMmY3N2U5MDIxMWYxNjk5ZDgzMjU4M2YzMDA1OGI1ODc/T3BlbkRvY3VtZW50](http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMWRkNjhmOTZiZTNiNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvMmY3N2U5MDIxMWYxNjk5ZDgzMjU4M2YzMDA1OGI1ODc/T3BlbkRvY3VtZW50)> Acesso em Set. 23.

<sup>15</sup> “Cotas foram a revolução silenciosa no Brasil”. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/cotas-foram-a-revolucao-silenciosa-no-brasil-diz-deputada-e-estudante-cotista>>. Acesso em Out. 23.

Dando continuidade ao desenvolvimento do assunto, será importante que no tópico seguinte, seja abordada especialmente a questão das Cotas na Universidade Federal Fluminense - (UFF).

### **1.1 – Cotas na UFF**

A UFF foi uma das primeiras universidades a adotar ações afirmativas em seu vestibular. Do ano de 2008 até a obrigatoriedade da lei de cotas, estudantes de colégios municipais e estaduais tinham uma pontuação-bônus de 20% ao final da nota.

A partir da lei de cotas, a instituição de ensino foi obrigada a alterar seu método de processo seletivo, passando a aplicar 12,5% do total de suas vagas para as pessoas que se enquadravam na lei. Anterior a esse período, a universidade previu destinar 25% de suas vagas aos alunos oriundos de colégios públicos, com renda familiar até 1,5 salário.

Quando implementada as cotas na UFF, o então reitor Roberto Salles se posicionou contra a medida, cuja sugestão foi indicada numa reunião que ocorreu na Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Seu posicionamento inicial foi devido a ser uma lei que ainda não havia sido regulamentada, e também por estar, de acordo com ele, “ferindo a autonomia universitária desta instituição de ensino”.

Numa publicação do Jornal O Globo, de 28 de setembro de 2012 - <sup>16</sup>, Salles (atualmente ex-reitor) revela que as cotas seriam um retrocesso, pois os alunos de escolas públicas federais, que são consideradas de boa qualidade, como Pedro II, Escolas Técnicas, Colégio Militar concorrerem com alunos de escola particulares em total pé de igualdade, de acordo com Salles, não necessitam de cotas raciais.

---

<sup>16</sup>“Querem nos empurrar goela abaixo lei das cotas”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/reitor-da-uff-querem-nos-empurrar-goela-abaixo-lei-das-cotas-6220560>>. Acesso em: Out. de 23.

Mesmo com o antigo reitor sendo contra, o Ministério da Educação de então estabeleceu um prazo de 4 anos para a implementação nas instituições de ensino. Diante disso, já no primeiro semestre de 2016 a UFF se enquadrava no limite de 50% obrigatórios para as modalidades das cotas, conforme previsto nos artigos L1, L2, L5, L6, L9, L10, L.13 e L14, da Lei nº 12.711/2012. (BRASIL, 2012).

Lembrando que atualmente a Universidade conta com modalidades específicas para diversos tipos de cotas e que contemplam vários tipos de alunos. Hoje, a UFF, enquanto discurso institucional defende o direito às cotas também na Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado. Isso já se faz presente, por exemplo, nos cursos de Sociologia, Direito, Administração, História, Comunicação, Cultura e Territorialidades. Essas cotas raciais possibilitam o aumento de professores negros na Graduação, gerando uma maior diversidade ainda no quadro de professores da universidade. O que se faz extremamente importante, sobretudo, para a classe negra que necessita de representatividade no âmbito acadêmico.

Apesar dos muitos ganhos sociais obtidos com a aplicação da lei das cotas e de todas as discussões acerca desse tema, infelizmente ainda é comum ocorrer fraudes durante o processo de entrada nos cursos de graduação, o que nos leva a pensar como a educação muitas vezes não é libertadora e a falta dela faz com que certos casos desse tipo ocorram.

No ano de 2017, a UFF desclassificou 113 candidatos por fraude em cotas. Os não aptos faziam parte de uma lista contendo 198 pessoas chamadas pela Comissão de Aferição da Auto Declaração de Cor/Etnia para uma entrevista, depois de terem fotos e documentos verificados<sup>17</sup>.

No edital constava se confirmada à falsa informação dita pelos candidatos, a universidade poderia solicitar o cancelamento da matrícula do aluno. Além de adotar outras advertências como, por exemplo, a verbal, repreensão, suspensão ou desligamento.

---

<sup>17</sup>“UFF barra 113 candidatos que tentaram vaga por cota racial” Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/uff-barra-113-candidatos-que-tentaram-vaga-por-cota-racial-21111786>>. Acesso em: Out. 23.

Para alguns ainda falta discernimento e entendimento do porque das cotas existirem. Fraudar cotas além de ser imoral é impossibilitar mais o acesso dos negros à universidade. Nesse contexto, será importante evidenciar que os pardos e os negros não tiram as vagas de nenhum branco, já que os mesmos competem entre si.

## **CAPÍTULO 2**

### **LUGAR DE FALA**

Atualmente, muito se fala em “lugar de fala”, em um contexto que se faz importante para que as minorias tenham voz e sejam ouvidas socialmente. Debates são travados no âmbito acadêmico, dando maior visibilidade a esses grupos coletivos que vêm sendo criados em prol da resistência. Cabe frisar que esses atores sociais fazem parte das discussões, ocupam espaço e elevam o nível do debate, sabendo o que é melhor para si e para seu nicho social.

Retomando o questionamento da filósofa Djamila Ribeiro, em sua obra “O Que é Lugar de Fala”, ela expõe que: “(...) numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros (...) podem falar do mesmo modo que homens brancos”. (RIBEIRO, 2017 p. 77).

A autora diz que o negro tem que marcar território, ao invés de deixar tudo na normatização hegemônica, restituindo os atores sociais renegados. “Lugar/posição de fala não se refere necessariamente a indivíduos dizendo algo; é um conceito que parte da perspectiva de que as visões de mundo se apresentam desigualmente posicionadas”. (RIBEIRO, 2017, p.6).

Por isso é importante a existência de cotas para as minorias, para possibilitar que pessoas que vivem à margem da sociedade consigam transcender socialmente. Uma das grandes questões a ser colocada hoje em discussão na sociedade não é como um indivíduo vai crescer socialmente e sim, como um grupo de indivíduos que ocupam o mesmo local de atores pode transcender. Esse é o caso das minorias, não se quer que uma pessoa vire estatística e sim que o grupo todo tenha a mesma oportunidade que os demais de crescer.

Ribeiro (2017, p. 62), ao citar Patrícia Hill Collins, afirma que: “mesmo pessoas negras de classe média não estão isentas de sofrer discriminação de oportunidades geradas pela segregação racial”.

Nesse sentido, verifica-se que os negros como sujeitos culturais buscam gerar e reverberar seus saberes, através dos contextos históricos e da realidade a qual estão inseridos, reafirmando a sua identidade através das artes e também em outras áreas. Segundo Ribeiro (2017, p. 64) “a questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções”.

## **2.1 - Representatividades no âmbito acadêmico.**

As instituições acadêmicas como formadoras de saberes e de identidade social ainda pecam no processo de humanização de corpos negros e no questionamento dos estereótipos que faz com que o aluno negro ainda seja julgado pela aparência. O corpo negro ainda causa espanto em diversas esferas da sociedade, sendo a universidade em si uma delas. Nilma Lino Gomes em seu texto “Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?” cita que “(...) na instituição escolar, assim como na sociedade, nós comunicamo-nos por meio do corpo. Um corpo que é construído biologicamente e simbolicamente na cultura e na história” Gomes, 2002 p. 41.

Fica-se com o questionamento, será que a sociedade e universidade propõem abertamente a comunicação e aceitação da identidade do negro através de seu corpo?

No mundo atual, o racismo institucional e estrutural dificulta a aceitação de corpos negros empoderados, por exemplo, corpo negro, cabelo afro, nariz largo, negritude e aceitação da africanidade incomodam o antigo, que menosprezam o novo e fazem questão de diminuir a descendência africana do negro. (Gomes, 2002)

Sabe-se que a história do povo negro foi apagada, o que dificulta ainda mais o entendimento do outro quanto à beleza africana. Nos anos 60, visando à quebra do estigma nasceram Os *blackpower's*<sup>18</sup> (movimento que procurava mostrar a cultura, beleza e a resistência negra), desfilando e esbanjando sua desconstrução, como um ícone identitário bastante intenso, suas raízes, sua aceitação perante a sociedade. Vale frisar, que mesmo anos depois do nascimento do movimento, corpos negros e traços negroides ainda são vistos como arrogantes e prepotentes. Evidenciando que a raiz africana existe, mas ainda é negada por muitos, bem como se não pudesse ser exposta nas ruas, nos locais públicos que majoritariamente a branquitude frequenta. (Gomes, 2002).

O corpo em seu estado natural também consiste em um simbolismo de luta e resistência, mesmo sendo tratado muitas vezes como estado anti-higienista por pura ignorância de quem não aceita o outro como é, segundo palavras de Gomes, (2002).

A construção de alteridade e liberdade diversas vezes acaba expressando um sentido contrário ao que é proposto. A ignorância humana faz com que pessoas julguem quem usa *dreads* ou *rastafárisi* (um estilo de penteado), considerando que por elas usarem esse estilo, vivem na marginalidade. A estupidez não deixa determinadas pessoas entenderem que em todo ambiente de convivência haverá figuras diferentes e que não seguem padrões normativos e, assim, são julgados como pessoas indignas.

Mesmo havendo ocorrências em que negros vão contra o que a sociedade propõe, há outros diversos casos de pessoas que se rendem ao que a branquitude deseja e que apoiam o discurso racista imposto. Isso começa na primeira infância, já no Ensino Fundamental, quando as crianças negras passam por diversas manipulações de seus cabelos, de forma que fiquem pretensamente mais “apresentáveis” para a sociedade, isto é, mais parecido com o padrão branco. Na adolescência o pensamento crítico do ser humano negro se torna mais forte, seja

---

<sup>18</sup> Segundo o site infopédia “O movimento Black Power, que significa literalmente "Poder Negro", surgiu nos anos 60, como uma forma de renascimento cultural da comunidade negra dos EUA”. Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$black-power](https://www.infopedia.pt/$black-power)> Acesso em: Nov. 23.

por vivência ou por relatos de outros negros. Esses conhecimentos, em geral, são fornecidos diariamente por meio de diversas fontes midiáticas ou até mesmo pelas experiências já vividas, em que se sentem mal por sofrerem agressões morais e até físicas no âmbito da sociedade em que estão inseridas.

“É nesse sentido que o olhar sobre a adolescência dos sujeitos negros se faz importante. A adolescência é um dos momentos fortes na construção da subjetividade negra (...). Dependendo do sujeito e da sua forma de lidar com essa experiência, temos, hoje, um adulto que acumula certos traumas raciais ou que lida com desenvoltura diante dos seus dilemas étnicos e raciais”. (GOMES; 2002 p. 47)

A rejeição do estereotipo do homem e da mulher negra pode levar a sensação de inferioridade, por isso torna-se importante novos modos de construção, tanto pessoal quanto social. Principalmente ao longo da trajetória escolar.

A ampliação dos estudos de questões raciais e educação crescem dentro da academia. Em determinados cursos do IACS o tratamento pedagógico relacionado a essa temática crescem e avançam em estudos mais profundos. Percebe-se a escuta atenta por parte dos professores e o engajamento por parte dos alunos que exigem mudanças de postura sobre questões que atualmente já não são mais toleráveis. Vivências e lugar de fala são importantes para acrescentar um debate profundo e questionamentos e ações que lutem contra o olhar preconceituoso dentro da academia.

## **2.2 - Silenciamento no Âmbito Escolar.**

Desde o período dos colonialismos, do processo de colonização, os negros convivem com a máscara do silenciamento. Se antigamente servia como adereço para amordaçar e fazer com que os negros se calassem diante das injustiças, atualmente surge a “invisível” máscara que ainda cala e assusta boa parte dos negros, legitimando estruturas de exclusão social e segregação racial.

Nesse cenário, Kilomba (2010, p.172) afirma que a máscara usada pelos senhores brancos nos escravos, para que os africanos e os escravos não viessem a comer cacau ou cana de açúcar, durante o seu trabalho nas plantações, porém, sua função primordial era mantê-los mudos e com medo.

A mesma autora prossegue dizendo que a máscara do silenciamento além de um modo de tortura era ainda uma forma eurocêntrica do branco não ser obrigado a ouvir as falas do sujeito negro. A boca, um órgão que possui como marca principal a fala no âmbito interpessoal, e seu amordaçamento seria para não deixar o outro ter voz, ou seja, teria uma conotação opressora, sendo que as marcas do silenciamento estão bem presentes no cotidiano da vida.

Diversos casos são relatados diariamente de pessoas que se sentiram invisíveis por outros que se negam a escutar. Por isso que, muitas vezes, o negro não se sente bem para falar sobre determinados assuntos com pessoas brancas e fortalecem os vínculos com outras pessoas negras que passam pelo mesmo racismo institucionalizado.

Parte deste silenciamento também acontece dentro da Universidade, não tornando visíveis as conquistas e narrativas negras, que permanecem como parte do silêncio. Isso pode ser verificado quando a academia não inclui autores negros em sua base curricular ou quando não existem professores negros em grande quantidade na academia. Segundo Bento (2022), é necessário observar a ausência de pessoas pretas ocupando altos postos das empresas, universidades e poder público, a autora cita: “temos ao que parece uma cota não explicitada de 100% para brancos” p10. Em acréscimo a isto Almeida, (2018, p 37/38) diz que “ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista”. Acontece que dentro da instituição de ensino o discurso elitista ainda encontra eco, e por mais que haja uma tentativa de desconstrução, ainda fica difícil sair da bolha e compreender que a representatividade é

importante para a população negra, que ocupar espaços antes não ocupados é absolutamente fundamental e uma forma de resistência.

O discurso meritocrático volta a ecoar cada vez mais alto na sociedade, e o consciente negro se espanta diante de tanta dessemelhança sua dentro da academia. As políticas das cotas têm aumentado o número de negros e isso faz com que os mesmos ganhem forças. Contribui para que o silenciamento negro não seja autossustentável, se anteriormente deveriam calar-se diante das injustiças sociais, atualmente o tom de voz igualitário espanta quem julgou o negro como raça inferior.

Os negros no Brasil foram impedidos de ter acesso a uma formação acadêmica formal e a socializar de forma mais ampla durante séculos; depois da pretensa libertação dos escravos, foram jogados à própria sorte para que construíssem caminhos dignos. Segundo Kilomba (2010, p. 175), “essa sentença nos relembra que não é com o sujeito negro que estamos lidando, mas com as fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas sim o imaginário branco”.

Os seres humanos, em geral, criam em torno de si grandes expectativas e, por consequência, acabam acumulando algumas frustrações; cada pessoa tem anseios e desejos, porém às vezes acabam depositando em outros ideais que julgam necessário. Isso é um dos fatores que ocorrem quando falamos da negritude não ocupando cargos considerados importantes na sociedade. A branquitude continua inferiorizando o corpo negro, colocando-se como padrão e impedindo o acesso do corpo negro a certos espaços e funções, ao passo que busca criar um discurso que nega o racismo social, que estrutura nossa sociedade.

Sobre o olhar de diversas pessoas brancas, o negro ocupando lugar de elite significa querer tomar o que é do indivíduo branco por direito. Segundo Kilomba (2010, p. 173/174) no racismo, a recusa por manter estruturas violentas é motivo para o negro ser excluído socialmente. “Eles/elas querem tomar o que é nosso, por isso têm de ser excluídos (as)”

(Kilomba, 2010). E tal fato é diariamente visto como se o negro estivesse querendo roubar o protagonismo do branco o na sociedade, quando na verdade quer apenas ocupar o seu lugar de protagonista em sua própria história.

Potencias revolucionarias saem diariamente de dentro das universidades, debate sobre o lugar de fala reitera o desejo dos negros de falar sobre suas vivências sem serem silenciados. Segundo palavras de Ribeiro (2017), sempre é importante os debates quando entramos nesse assunto. Lugar de fala não significa que apenas o negro pode falar sobre racismo, mas sim romper com a sensação e a prática do silenciamento. Promoção da igualdade sem ter o discurso deslegitimado por terceiros. No racismo, a violência faz com que o negro perca sua identidade e muitas vezes passem a viver como alguém sem voz, apenas por medo da repressão.

As opressões estruturais têm que ser denunciadas, e os silenciamentos expostos.

“Existe um medo apreensivo de que, se o (a)colonizado(a) falar, o (a) colonizador (a) terá que ouvir e seria forçado (a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos”.  
(KILOMBA, 2010, p.177)

O fato do negro não ter voz induz a sensação de não-pertencimento; diversos alunos negros têm essa sensação, o que acaba, conseqüentemente, por trazer um aumento da evasão escolar por parte dos indivíduos negros. A desigualdade de oportunidades não é construída do dia para a noite, como já dito anteriormente; desde a iniciação no âmbito escolar o aluno negro está fadado a sofrer racismo. Isto se evidencia, pois as escolas e universidades ainda não estão completamente preparadas para a multiculturalidade.

### **2.3 – Evasões Escolares.**

A evasão escolar ocorre por diversos motivos, aqui, nessa parte, temos por objetivo questionar a grande quantidade de alunos negros evadindo das escolas. Os enormes índices de

evasão escolar negra demonstram a falha em políticas sociais e educacionais, e o pouco comprometimento da sociedade em se propor a compreender as ferramentas que asseguram essa continuação. Segundo Valverde e Stocco (2009), a educação desigual entre estudantes negros e brancos, acaba por resultar em uma maior discriminação vivida por estudantes negros, causando uma grande piora em seu histórico escolar.

O mais alarmante neste caso é o fato desse histórico ser algo contínuo, Para Henriques (*apud* Valverde; Stocco, 2009, p. 910), “o mais impressionante na desigualdade educacional entre brancos e negros é sua estabilidade ao longo do século XX”. São anos de desigualdade racial, tempos de divergência educacional, faltando à articulação para que negros alcancem melhores resultados e os índices de evasão escolar diminuam.

Sabe-se que o Brasil é um país com um discurso antirracista, mas que por trás encontra-se um racismo mascarado. Um país tão miscigenado e diversificado, entretanto, existe uma segregação racial em espaços físicos. Segundo Telles (*apud* Jesus, 2018) “Racismo à Brasileira” vem via racismo institucionalizado, não se deve afirmar que o racismo no Brasil é algo legalizado, entretanto, pode-se dizer que a discriminação no País tem se tornado algo constante e que são reproduzidas fixamente, como se os traços fenotípicos fossem critérios para tratar o outro com inferioridade.

Franz Boas, em seu combate ao racismo invalidou a teoria de incapacidade das raças e constatou que diferentes grupos culturais continham sua capacidade intacta, independentemente de sua identidade ou raça. Neste sentido, o autor em seu texto *Cuestiones Fundamentales de Antropología Cultural* se questiona: se pessoas brancas são superiores às outras raças, por qual motivo não estão sempre em vantagem histórica. Seres humanos brancos não são unânimes em todos os quesitos.

No pensamento de Boas, heranças de família são mais categóricas no desenvolvimento individual, que outras particularidades das raças. Neste sentido não existe pureza das raças,

porque esta dita pureza estaria muito envolvida com outras raças. Fato é que o Brasil é um país extremamente miscigenado, são gerações de intersecções de famílias, o que se torna praticamente impossível ver legitimidade em tipos raciais puros ou impuros. Nas ideias de Boas, os seres humanos se tornam semelhantes pelo ambiente que frequentam e que se criam, não com a sua armação externa ou interna.

A diferença entre fenótipos se torna motivo de exclusão e opressão, inviabilizando o crescimento de referências positivas, muitas vezes o negro se sente inferiorizado culturalmente, intelectualmente, socialmente. (Jesus, 2018). No que se refere à ciência e a genética, não existe diferenças fundamentais entre pessoas brancas e negras, evidenciando que os indivíduos não são raças distintas, conforme o entendimento de Jesus e Reis (*apud* Jesus, 2018). Entretanto, enquanto comunidade observa-se que houve falhas na construção social. BOAS, Franz. *Cuestiones Fundamentales de Antropologia Cultural*. A autora mencionada neste trabalho Cida Bento (2022), cita em sua obra a dificuldade de frequentar a escola sendo uma pessoa preta, “a escola não era um lugar dos ambientes mais acolhedores para crianças negras como nós. Por anos me senti invisível na sala de aula, como se não fizesse parte daquele lugar” p. 12. Sendo seus professores responsáveis também por essa sensação de não pertencimento da autora.

Neste sentido, Valverde e Stocco (2009), ressalta a pouca visibilidade de pessoas negras em materiais didáticos e sua aparição desumana ligada apenas à escravatura. Para os mesmos autores, a opressão do sistema e a continuidade de um largo processo de esquecimento das outras diversas histórias negras contribuem assim para a discriminação.

Ainda sobre o tema, Valverde e Stocco afirmam que no Brasil existe uma cultura denominada:

“[...] negação da existência de práticas racistas no meio escolar que prefere atribuir o fracasso escolar de jovens e crianças negras exclusivamente à desestruturação familiar, à condição socioeconômica ou à necessidade precoce de se inserirem no mercado de trabalho, sem considerar o peso que o pertencimento racial tem sobre suas trajetórias.” (VALVERDE; STOCO, 2009, p. 914).

Sabe-se que a ascensão social se produz majoritariamente através da educação, do acesso ao conhecimento e da aprendizagem, principalmente para as classes sociais que obtém menos recursos financeiros. E para melhor aproveitamento é necessária uma estrutura educacional que possibilite a crescente de pessoas que historicamente não ocupam grandes espaços hierárquicos. Sendo assim, torna-se correto afirmar que o fracasso escolar nem sempre é mero desinteresse por parte do aluno.

A escola e a universidade são espaços de circulação e produção de saberes, e as mesmas, durante muito tempo foram coniventes com casos de racismo institucional, e por diversas vezes não puniu práticas de sujeitos que atentaram contra a saúde mental de outros. Além disso, o sistema escolar classifica entre bons e maus alunos, àqueles que tiram notas abaixo e acima da média, alunos considerados disciplinados e indisciplinados numa forma de tenta domar o aluno. Segundo Jesus (2018), as instituições ao se silenciarem sobre questões discriminatórias raciais, colaboram também para a continuidade das desigualdades escolares, podendo acarretar na aceitação de futuros desiguais.

Os indivíduos já estigmatizados na hierarquia social, muitas vezes se sentem submissos nesses espaços de saber e poder. Torna-se inviável pensar em combate ao racismo sem pensar no papel da escola e da universidade nesse processo. É de fato desestimulante frequentar um ambiente que vai contra a liberdade e a justiça social e que não propõe debater de forma combativa e efetiva os discursos visivelmente racistas.

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) intitulada “Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça”, realizada em 2015<sup>19</sup>, revelou a taxa de analfabetismo entre a população negra e a população branca, demonstrando dados entre os períodos compreendidos entre 1995 a 2015. A mostra apontou que, no ano de 2015, havia 12.771.640

---

<sup>19</sup>Os dados encontram-se disponíveis em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em: Out. 23.

pessoas com idade de 15 anos ou mais que eram analfabetas, dessas, 3.610.111 pessoas eram brancas e 9.161.529 eram negras.

Através dos estudos realizados percebe-se a relação de desigualdade entre as raças, evidenciando que o negro tem menor acesso a uma educação formal na sociedade brasileira. Os dados do IPEA mostram o fracasso na educação nacional, extraindo 20 anos de estudo e a continuação de uma sociedade estigmatizada no racismo estrutural. Algo já materializado e normalizado pela sociedade. Para Valverde (2009), o acesso a colégios e ao processo de democratização de informação não foi suficiente para diminuir a desigualdade racial. O que podemos afirmar é que a segregação das raças limita o acesso dos negros à educação formal; muitos acreditam que essa diferença se produza majoritariamente pela diferença de poder socioeconômico.

Outra pesquisa importante a ser citada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) <sup>20</sup>, em relação aos dados sobre a evasão escolar entre os jovens negros. Constatou-se que boa parte deles não chegam a concluir o Ensino Médio; os dados do PNAD são alarmantes, pois constataram que entre os jovens de 14 e 29 anos que abandonaram os estudos, 71,1% são negros.

A falta de políticas públicas voltadas para a cultura negra é uma das razões que auxiliam a explicar o porquê da evasão escolar, falta de diálogo sobre a diversidade, leis mais rígidas acerca do racismo e até mesmo políticas sociais que forneçam dignidade para essa margem da população que muitas vezes, largam o estudo para trabalhar.

Nesse contexto, Valverde e Stocco citam que:

“Nos últimos anos, há um deslocamento da problemática das desigualdades raciais do acesso à educação para o diagnóstico do interior do sistema educacional, pois as diferentes experiências vivenciadas por crianças e jovens brancos e negros na escola têm efeito direto em sua permanência, progressão e desempenho.” (VALVERDE; STOCCO, 2009, p. 912-914).

---

<sup>20</sup>As informações estão disponíveis em: <<https://mobilidade.estadao.com.br/patrocinados/jovens-negros-lideram-evasao-escolar/>>. Acesso em: Out 23.

Uma das enormes barreiras que o jovem negro brasileiro enfrenta para garantir o acesso à educação é a discriminação racial; majoritariamente a população negra é a excluída da escola; e a exorbitante diferença na taxa de abandono entre negros e brancos evidencia a discriminação e a indiferença governamental quanto a isso.

Um estudo realizado pela Ong. Todos pela Educação <sup>21</sup> demonstrou que o percentual de negros matriculados no ensino médio se equipara a quantidade de brancos matriculados há 10 anos, ou seja, mesmo em constante evolução, o povo preto está sempre atrasado se comparado às pessoas brancas.

## **2.4 – Ocupação Preta no Ensino Superior**

O ensino superior muitas vezes é como divisor de águas na vida do ser-humano, apesar da tentativa da democratização do acesso, o acesso a ele pelo brasileiro ainda se faz com muito esforço. Políticas públicas voltadas para a inserção de negros e negras nas universidades têm por objetivo propor maior equidade de raças nas faculdades brasileiras, o índice de pretos e pardos vem aumentando com os anos, todavia, a falta da democratização do acesso ainda é uma das principais peças a ser combatida. O Brasil se tornou um dos países mais desiguais do mundo, atinge níveis extremos de pobreza onde a população preta é a mais atingida.

Apesar disso, milhares de pessoas conseguiram sair da extrema pobreza nos últimos anos<sup>22</sup>, os mais ricos continuam em constante crescimento econômico<sup>23</sup>, mas a má

---

<sup>21</sup> Fonte disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/30/jovens-negros-estao-dez-anos-atras-dos-estudantes-brancos-no-ensino-medio-diz-ibge.ghtml>> Acesso em: Jul. 23.

<sup>22</sup>“Extrema pobreza atinge menor patamar”. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/extrema-pobreza-no-brasil-atingiu-menor-patamar-da-historia-em-2020-indica-estudo>>. Acesso em: Out. 23.

<sup>23</sup>“Fortuna de bilionários brasileiros cresce US\$ 34 bi na pandemia, diz ONG”. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/27/relatorio-oxfam-desigualdade-pandemia.htm>>. Acesso em: Ago. 23.

distribuição de renda e a falta de investimento nas áreas sociais pioram o estado social democrático brasileiro, além de deteriorar quem vive com menos recursos.

Que historicamente o negro tem maior dificuldade para acessar essa tentativa de democratização, já foi citado. Mas os dados alarmantes sobre a conquista do Ensino Superior, só confirmam o que já vem sendo debatido neste trabalho e por diversos pesquisadores e o porquê da lei de cotas serem extremamente importante e necessária para o país.

A pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, do IPEA<sup>24</sup> demonstra um maior acesso de pessoas ao ensino superior entre 1995 e 2015, o que é de extrema importância, porém a diferença alarmante de raças continua presente. Durante o ano de 2015, 25% da população branca frequentou a universidade. Enquanto apenas 12,5% da população negra teve acesso à academia. A mostra evidencia que a população branca durante anos teve maior ingresso ao Ensino Superior. 21,7% dos homens brancos estavam matriculados na graduação, mestrado ou doutorado, em 2015. Ao passo que, 28,1% das mulheres brancas também. Enquanto, 10,3% dos homens negros ocupavam vagas nas universidades e 15,0% das mulheres negras estavam presentes.

Segundo dados do Censo da Educação Superior, 2018, do MEC, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP<sup>25</sup>, no referido ano existia um total de 8.450.755 alunos inscritos na educação superior do país, divididos entre 2.077.481 em universidades públicas e 6.373.274 em faculdades privadas. Deste total geral apenas 591.161 se consideram negros, 2.436.411 se consideraram pardos e 3.533.562 se considerou branco. O restante sendo divididos entre, amarelos, índios e não declarados.

O mesmo Censo comparou o número de alunos brancos e negros em universidades públicas e privadas, o resultado da mostra foi que nas faculdades públicas, em 2018, tinham 835.915 alunos declarados brancos, enquanto 195.875 alunos negros. Ao passo que, nas

---

<sup>24</sup> Os dados estão disponíveis em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: Out de 23.

<sup>25</sup> Os dados estão disponíveis em: <<http://inep.gov.br>>. Acesso em: Out de 23.

instituições particulares continham 2.697.647 estudantes de graduação brancos e apenas 395.286 graduandos negros.

Um ponto importante a ser citado é que pela primeira vez na história, o número de pretos e pardos, somados, ultrapassou o número de universitários brancos<sup>26</sup>.

O ingresso do negro em universidades aumentou, diminuindo a ideia de supremacia racial da branquitude, e um dos efeitos que a falta de acesso à educação traz é sobre o negro ser sempre submisso ao branco, para alguns o corpo preto está sempre em um lugar de serventia. Sendo as ações afirmativas uma forma de diminuir essas decorrências. Encontrar a diferença e expandir a representatividade das minorias nos múltiplos campos do saber. Foram criadas simbólicas individualidades que serviram como representatividade para as próximas gerações, induzindo-os a investir no estudo e, assim, mostrar a importância da educação já que teriam espaço. (Domingues, 2005).

Visto que, segundo a matéria publicada pela Agência Brasil, Brito (2018), o número de negros e pardos que concluíram o ensino superior também cresceu. Passando de 2,2% em 2000, para 9,3% em 2017. Na população branca esse índice é de 22%.

Sobre o assunto, Henriques afirma que os estudantes negros só atingiriam o nível escolar dos brancos, caso os mesmos estagnassem educacionalmente durante o período de 32 anos e cita que:

“Um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens — a mesma observada entre seus avós”. (HENRIQUES, 2001, p.27).

Mesmo gradativo essa inserção, mesmo que ainda pequena, se torna um marco na história da luta dos negros nesse país, sendo comemorado cada pequeno passo. Para

---

<sup>26</sup> “Pela 1ª vez, pretos e pardos são mais da metade dos universitários da rede pública, diz IBGE”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/13/pela-1a-vez-pretos-e-pardos-sao-mais-da-metade-dos-universitarios-da-rede-publica-diz-ibge.ghtml>> Acesso em: Out. 23.

Domingues (2005, p.174), faz-se importante recordar que é um período único historicamente no Brasil “em que amplos setores da sociedade civil não só se conscientizam cada vez mais do problema do racismo, como se debruçam nas possíveis soluções”. Depois de todos esses anos, alcançar a democracia racial, vem sendo um percurso árduo a ser realizado, porém, extremamente necessário.

No antigo governo (2018-2022) brasileiro, correu-se o risco de retroceder em algumas áreas, sendo a educação uma delas, se em determinados países a educação é vista como pilar social, no Brasil a educação tem sido enxergada como despesa e não investimento, prova disso é o ex-ministro da educação Abraham Weintraub revogar a lei de cotas na pós-graduação<sup>27</sup>, que tem por objetivo fazer com que as universidades federais tenham uma medida na qual incluía negros, indígenas e deficientes físicos no mestrado, esse foi apenas mais um ato vexatório cometido pelo ex-ministro, que durante um tempo teve aval do então presidente. Tal fato foi o último ato do então ministro como chefe da pasta da educação, assim que exonerado, o ministro interino, Antônio Paulo Vogel de Medeiros, prontamente revogou esta ação tornando sem efeito a portaria<sup>28</sup>.

Na antiga gestão brasileira se entende quando o assunto é massacre a educação, segundo a matéria do “UOL” (2020), o ex-presidente da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) Benedito Guimarães Aguiar Neto, solicitou o fim de cotas na pós<sup>29</sup>. A CAPES que é um setor responsável pela expansão da pós-graduação, o início do fim do racismo institucional também se dará por ela, incentivar negros a ocupar espaços pouco ocupados na sociedade deveria ser um dos pilares de qualquer gestor

<sup>27</sup> “Weintraub deixa Ministério da Educação, mas antes revoga cotas para negros e indígenas na pós-graduação”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-18/prestes-a-deixar-cargo-weintraub-revoga-portaria-de-cotas-a-negros-e-indigenas-na-pos-graduacao.html>>. Acesso em: Out. 23.

<sup>28</sup> “MEC recua e revoga portaria que derrubava cotas da pós-graduação”. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino\\_ensinosuperior/2020/06/23/interna-ensinosuperior-2019,866208/mec-recua-e-revoga-portaria-que-derrubava-cotas-da-pos-graduacao.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2020/06/23/interna-ensinosuperior-2019,866208/mec-recua-e-revoga-portaria-que-derrubava-cotas-da-pos-graduacao.shtml)>. Acesso em: Ago. 23.

<sup>29</sup> “Presidente da Capes pediu para MEC acabar com incentivo a cotas na pós-graduação”. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2020/07/18/presidente-da-capes-pediu-para-mec-acabar-com-incentivo-a-cotas-na-pos-graduacao.htm>>. Acesso em: Ago. 23.

educacional, grupos sub-representados devem ter direito garantido a eles, sendo a inclusão a educação um desses direitos, a produção de conhecimento deve chegar e passar por pessoas negras.

Outro a se posicionar contra foi o ex-presidente da Fundação Palmares, Sergio Camargo, um homem negro. Além de negar que há racismo no Brasil, o ex-presidente distribuiu declarações polêmicas desfavoráveis à lei de cotas, em uma delas o mesmo cita “O sistema de cotas será revisado em 2022. Cotas devem ser sociais, não raciais (...). Cotas para pobres, de qualquer tom de pele. Não somos incapazes. Queremos Justiça, não racialismo”.

Para gestores incompetentes, cotas raciais não devem existir, todavia a matéria do “O Globo”<sup>30</sup> (2019) evidencia a importância da política de cotas, de acordo com o jornal, um estudo realizado entre 2012 e 2016 mostra que cotas raciais foram mais eficazes que as sociais.

Sem querer diminuir o valor das cotas sociais, mas é no mínimo de assustar pensar em políticos que não se baseiam em dados concretos para ver tamanha efetividade das cotas raciais. Esse é o retrato do Brasil atual, um país que nega suas raízes e nega a produção do conhecimento, com uma bancada formada por representantes que não fazem questão de mover estruturas sociais, retrocedendo com políticas públicas duvidosas, que valorizam o desmonte da educação. Apesar dos pesares, a ciência nacional se recupera a passos largos de anos sombrios e novamente é motivo de orgulho nacional, a universidade resiste através de muita luta.

#### **2.4.1 – Racismo na Universidade**

Desde que as cotas raciais foram introduzidas nas universidades brasileiras, vemos uma presença crescente de negros, pardos e índios na academia. Pessoas das mais distintas

---

<sup>30</sup>“Cotas raciais foram mais efetivas do que por renda, afirma estudo”. Disponível em:<<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/06/10/cotas-raciais-foram-mais-efetivas-do-que-por-renda-afirma-estudo.ghtml>>. Acesso em Ago. 23.

classes sociais, oriundas muitas vezes de periferias, lutando diariamente para se adequar ao processo rigoroso que é fazer parte de uma universidade e ter acesso ao ensino superior.

Ser negro dentro de uma universidade pública se torna um processo rigoroso de ressignificação cultural, nenhum homem preto perde sua origem por conviver com a branquitude, entretanto, existem situações que apenas a pessoa da pele negra sabe explicar, mas como se conversa e se explica para semelhantes que majoritariamente não são como você? Algo bastante interessante a se pensar é sobre o letramento racial, muitas pessoas pretas não dialogam sobre racismo com seus familiares. E dentro da universidade, principalmente nos cursos de denominados sociais, há um debate muito amplo sobre isso. Debate esse que diversas vezes é conduzido e pensado por pessoas brancas. Um ponto muito importante, é que esses debates são interessantes para a comunidade acadêmica e para quem tem interesse em mover alguma estrutura social. Infelizmente não são todos os negros que tem um forte letramento racial, para alguns os debates não tem significância, ou nem mesmo tem conhecimento que estes existem. Cada vez que uma pessoa preta fala de sua experiência social faz com que outras pessoas se espelhem e aprendam muito mais do que pensa pois tem uma experiência que nenhuma pessoa de pele branca, por mais que estude e domine tal assunto, ainda assim nunca saberá.

Com o passar dos anos, coletivos negros têm evidenciado a permanência da discriminação racial no país, e conseqüentemente, reiterando a suspensão das diferenças formadas com base em exemplos atuais na hierarquia racial. (LEMOS, 2017)

Para Bourdieu (1989) algumas estruturas são denominadas como símbolos, onde esses símbolos são concentrados majoritariamente em quem está acima na pirâmide social, e que torna difícil a sociedade modificar estruturas já previamente estruturadas. Bourdieu (1989) pensa em símbolo como conhecimento, a grande realidade brasileira é que para alguns do

poder, nem conhecimento deve ser compartilhado. Esses denominados alguns, têm medo de ver a população ocupando lugar nunca antes ocupado.

Na concepção de Bourdieu (1989, p. 11), “os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra”. Conseqüentemente, a mudança destes instrumentos se tornam importantes para a produção intelectual.

Segundo Araújo (2019), precisa-se se atentar à classe média do Brasil que se fortifica fingindo fazer parte da luta do negro.

“Se a classe média esteve envolvida na luta antiescravista sem preocupar-se com a melhoria das condições materiais de vida e de trabalho do negro, antes exerceu um papel crucial na elaboração da justificativa da sua própria condição privilegiada.” (ARAÚJO, 2019, p.2201).

Bater na tecla das questões raciais muitas vezes se torna extremamente cansativo, sensação de impotência perante a sociedade, mas se faz necessário para que outras pessoas tenham a chance de conviver com seu semelhante sem ser taxado de intruso em determinados locais. Para Quijano (*apud* ARAÚJO, 2019, p.2202) existem “novas maneiras de legitimar as antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominados e dominantes”.

“Do envolvimento (oportunista) nas lutas antiescravistas ao reduto opositor da adoção de reserva de vagas étnicos-raciais no vestibular, a ação política da classe média ao mesmo tempo em que tem conformado sua posição na hierarquia de trabalho tem contribuído para a manutenção racializada da sociedade de classes”. (ARAÚJO, 2019, p.2207).

No cenário brasileiro as Universidades Federais têm um grande histórico de racismo institucional, junto a isso aparece à elite brasileira que não aceita a ascensão do povo que historicamente em sua imaginação nasceu para servir-lhes. Segundo Araújo (2019), o país hoje utiliza de movimentos legais para desumanizar pessoas negras e reproduções que continuam causando o racismo estrutural. O próprio ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é um exemplo, apesar de ser uma forma de incluir todos os alunos, o processo ainda

tem por meio de garantia premiar quem tem a melhor nota, que se torna uma forma de monopolizar as vagas para alunos que tiveram melhor acesso à educação básica.

Nesse contexto, Henriques (2001) menciona que desde o ano de 1929, nenhuma política governamental conseguiu erradicar a taxa de desigualdade racial na educação brasileira, estudantes brancos estudam em média 2,2 anos a mais que os negros desde o começo do século XX. Sendo assim, observa-se que essa dessemelhança entre negros e brancos parece imutável.

Diversas pichações de cunho racistas, trotes pejorativos, cantos e gritos agressivos já foram denunciados. Mais de 10 anos de cotas raciais e o negro ainda tem que provar diariamente que não é inferior, que se por acaso se encontra em atraso social, muitas vezes é por não ter tido as mesmas estruturas que o homem branco tem.

“O elemento psicológico é, sem dúvida, o epicentro de toda esta lógica perversa: criam-se expectativas que, em geral, exorbitam a vulnerabilidade da vítima, deixando-a na incerteza do que lhe pode acontecer, mas ao mesmo tempo como que procurando medir até onde vai sua capacidade de aguentar.” (ESTANQUE, 2017, p.442).

No pensamento de Estanque (2017), por meio de agressões visíveis e invisíveis, o poder simbólico se impõe, principalmente através da mensagem hostil que o dominador tenta impor por meios subjetivos.

Paralelamente a isso, alunos negros que por diversas vezes não conseguem adaptar-se nos institutos federais optam por um de fácil acesso, e que contemple assim, seus anseios de adentrar na universidade, a partir daí, selecionam faculdades particulares.

Segundo Almeida (2018, p37), “nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento, etc.”.

Se por um lado verifica-se a extrema importância o negro desenvolver intelectualmente e socialmente, por outro, percebe-se que muitos alunos oriundos de escolas públicas pagam pelo ensino superior.

A faculdade federal tornou-se um espaço de privilégios. Apesar das políticas sociais para um melhor aproveitamento por parte de alunos de baixa renda, pardos, negros ou indígenas. Segundo o pensamento de Zago (2016), a entrada na graduação para alguns remete a vitória, e outra vitória se torna sua permanência até sua saída. Teoricamente não adianta ter aprovação no vestibular se a forma que o governo irá manter aquele aluno dentro da universidade não é pensada.

Atualmente alunos recorrem a vendas de doces, brechós, vendas de livros, dentre outras formas de renda buscando manter-se financeiramente na universidade. Zago (2016) cita que, no país, permanecer por um período longo na faculdade e a entrada tardia no mercado de trabalho são formas de privilégios para uma pequena parcela da população. O ensino público superior está entre melhor do país, mas ainda há a escassez de verba o que dificulta os programas sociais das próprias universidades, não são todos os alunos que conseguem ser contemplados com auxílio moradia, gratuidade no restaurante universitário, bolsas de transporte, auxílios creches, e faz com que seja necessário a conciliação de emprego e estudo. Diversas vezes afetando diretamente seu rendimento escolar.

Sobre essa questão Zago afirma que:

“As dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante. Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc)”. (ZAGO, 2016, p.235).

Dentro das universidades os movimentos estudantis promovem papéis importantes para uma melhor qualidade de vida para o aluno, em busca do direito que o estudante tem de poder ter um ensino de qualidade e ter condições para viver na academia.

As condições materiais de sobrevivência, os aspectos financeiros, em síntese, são um dos elementos fundamentais para a permanência dos alunos na universidade. Isso possibilita uma melhor estrutura para que o mesmo consiga manter sua saúde mental, dedicando-se apenas ao necessário, sem precisar lidar com fatores externos que o impeçam de chegar à conclusão da graduação. Entretanto, fatores desfavoráveis afetam diretamente o aproveitamento na academia. Atualmente, diversos debates são travados para que se melhore o entendimento sobre a precisão de se obter políticas assistenciais que contemplem o aluno negro. Para Marques (2018), o quesito renda afeta decisivamente a população negra, dificultando assim seu acesso e permanência na universidade.

Marques (2018, p. 18) ainda assevera que “há aqueles que se utilizam dessa situação para afirmar positivamente sua identidade, uma vez que ela se dá na interação com o outro”.

É interessante se pensar sobre a trajetória de vida de um negro, oriundo de família pobre, que passa em uma universidade federal e começa a conviver com dois opostos. Por diversas vezes, essa pessoa, pode criar uma relutância a sensação de pertencimento àquele ambiente. Por isso faz-se necessário um bom ambiente escolar.

A resistência negra depois de passar por diversos abusos sociais encontra-se diretamente pronta para combater o racismo em ambiente universitário. Crescer ouvindo histórias escravocratas e com o racismo estrutural, tudo isso cria barreiras difíceis de quebrar, independente de classe social. Todo negro já nasce marcado por conta de seu tom de pele.

Deve-se parar de crer que os negros nasceram para servir a branquitude. Segundo ideias de Marques (2018), o acesso à universidade possibilita ao negro o crescimento da

inclusão e fortalecimento de sua identidade étnico-racial, principalmente em lugares que historicamente lhe foram negado e sem dessemelhança cultural.

Verificamos o fato de grande parte de a população periférica ser negra, da maior parte da população carcerária ser negra, da falta de representatividade do negro nos meios de comunicação, sem ao menos a sociedade se questionar quanto a isso. Carvalho (2018 p.9) cita que: “As maneiras como o racismo se expressam na contemporaneidade, embora sejam diferentes das experiências anteriores, não são acidentais ou fruto de ignorância, elas fazem parte da construção do Outro”. Essa forma de estereotipar o negro, na construção da sociedade, determina os lugares dependente que o mesmo será localizado, sendo geralmente limitado a um espaço pequeno social e recusado nos campos de cidadania (Carvalho, 2018).

Para reverter essa questão temos os debates sobre racismo que a cada dia tomam conta da academia, além de professores que entendem que as discussões devem sair do âmbito acadêmico e ir para as ruas, e alunos oriundos de diversas classes dispostos a ouvir sobre inclusão e diversidade. Para Gomes (2011), a universidade começou a entender que pessoas negras existem e que grande parte dos jovens negros não se encontram presentes sentados nos bancos das instituições públicas.

O movimento negro assume um papel importante nas lutas estudantis e no campo acadêmico. Gomes (2011) ao perceber essa perspectiva do negro sobre o compartilhamento de um espaço multicultural cita:

“O movimento negro, no Brasil, conquanto sujeito político, tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra, pelos questionamentos ao currículo escolar no que se refere ao material didático que apresenta imagens estereotipadas sobre o negro, pela inclusão da temática racial na formação de professores(as), pela atual inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares e pelas políticas de ação afirmativa nas suas mais diferentes modalidades.” (GOMES, 2011, p.137).

Para além de tornar o negro objeto de estudo, o que se quer é que o negro sinta-se sujeito do meio universitário. Se as cotas raciais são fundamentais, elas não solucionam todos

os problemas. É necessário que o aluno negro se sinta à vontade para estar ocupando àquele espaço. Em todo o processo de democratização do acesso, o negro ressalta a importância do igualitarismo em todos os segmentos raciais. Não basta uma democracia abstrata como a atual, requer-se uma sociedade que adeque-se ao direito à diferença (Gomes, 2011). É necessário que o meio acadêmico seja um ambiente agradável para todos os alunos.

Segundo Marques (2018), as narrativas do negro em um lugar multicultural, como a academia melhora a percepção de grupos inferiorizados, possibilitando que redescubram e recuperem a estima pelas suas raízes e suas culturas.

O mais importante atualmente é fazer com que o negro não se sinta inferior perante outras pessoas que estão na universidade pública, sintam que é direito seu ocupar urgentemente esse espaço, afinal ele também é seu por direito, fortalecendo-se intelectualmente para que brevemente a quantidade de negros se expanda nas salas de aula. E fazer com que o racismo institucional não tenha mais espaço nos ambientes escolares e universitários, assim como na sociedade mais ampla. Sabe-se que para que isso aconteça se requer esforço em adotar medidas punitivas quem pratica racismo, além de políticas públicas que diminuam o racismo institucional e estrutural. Já há lugar para o novo, mesmo que, ainda movem-se estruturas.

## **2.6 – Sucateamentos da Educação**

Como dito anteriormente, nos últimos anos foram constantes a diminuição de verbas destinada à educação pública. Grande parte das medidas relacionadas à educação do ensino superior tomados pelo ex-governo federal foram prejudiciais aos alunos

Segundo Teixeira *et al.*, (2006), uma das indicativas dos governos brasileiro é a não obrigação do estado com o ensino. Os autores citam a tentativa de privatização do ensino superior e do repasse de verbas para instituições privadas. As preocupações econômicas atuais

quanto aos gastos das instituições públicas, que geram questionamentos nos brasileiros sobre a utilização de seus recursos. (Teixeira *et al.*, 2006).

Nesse contexto, Chauí (2003 p.6) cita que para o estado democrático brasileiro: “a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerado um serviço” e que “a educação deixou de ser considerado um serviço público e passou a ser considerado um serviço que pode ser privado ou privatizado”.

Além de ter agido contra as cotas na pós-graduação, o ex- ministro da Educação Abraham Weintraub<sup>31</sup> optou por diminuir verbas destinadas às instituições federais, o que acarretou na perda de bolsas de auxílios para estudantes de graduação e pós. Com o argumento de que a iniciação científica não garante retorno ao Brasil, foram realizados cortes também nessa área. De acordo com Teixeira *et al.*, (2006), a faculdade antes vivenciada sob o tripé: pesquisa, extensão e ensino, passa a ter como maior designo formar pessoas destinadas ao mercado de trabalho. Visando assim, o lucro, e não uma formação social mais ampla para se situar na via.

Meses depois do corte, após sofrer muita pressão por parte de opositores, alunos, reitores, o então ex- ministro resolveu devolver a quantia na qual ele bloqueou por ir contra a autonomia das instituições. Vale frisar, que mesmo com o valor sendo repostado, pessoas foram prejudicadas por tais atitudes<sup>32</sup>.

O discurso de que recursos destinados às universidades são gastos e não investimento acaba por diminuir a importância das pesquisas e tratar todo o trabalho realizado como balbúrdia. Existe uma sensação de impotência por parte dos estudantes e pesquisadores que exercem o desenvolvimento científico e que passam anos de suas vidas em laboratórios e

---

<sup>31</sup> “MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA”. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balbúrdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: Set. 23.

<sup>32</sup> “Ministro da Educação anuncia descontinuação total no orçamento de universidades e institutos federais”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/18/ministro-da-educacao-afirma-que-vai-descontinuar-todo-o-orcamento-de-universidades-federais.ghtml>>. Acesso em: Set. 23.

salas. Talvez até o medo de se perder algo que foi arquitetado com muito suor. (VENTURINI, *et al.*, 2010).

Medidas drásticas como esta, diminuem a qualidade do ensino e das pesquisas no país, dificultam o acesso do pobre na graduação e na pós-graduação. O Brasil como nação não foi capaz de conseguir a equidade entre brancos e negros na universidade e quando os negros conseguem, minimamente, chegar a um patamar acima da média, é retomado o desmonte para que pare de se fazer valer o seu direito.

Teixeira (*et al.*, 2006) alega que a universidade acabará com sua identidade e seu desempenho social, deteriorando os saberes academicista. E aceitando as más opiniões disfarçadas de aceitáveis, podem ser autoritárias.

“Há um interesse cada vez maior pelo acesso ao ensino superior. Uma das razões desse interesse se refere ao fato de que a educação começa a ser pensada como um bem realmente público, inalienável e vital para garantir o sucesso profissional”. (BAUER, 2006, p 463).

A crise educacional no país parece orquestrada para que a classe operária não evolua socialmente e fique estagnada perante a sociedade. O sistema faz com que algumas pessoas silenciem quanto às mudanças, de um tempo para cá o cenário catastrófico parece normalizado, É imoral normalizarem cortes de verbas na educação, inclusive o apoiarem decisões mais arbitrárias. Pessoas que cresceram com o estado os silenciando, tendem a continuar sendo, e não percebem a violência na qual são submetidos.

A consequência de tais atos foi a criação de programas de ciência duvidosa que restringiram ainda mais a qualidade da educação nacional, observa-se anteriormente o “Future-se”, segundo o site do MEC, o programa tinha por objetivo “promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo”<sup>33</sup>. Para antigo ministério o programa não queria

---

<sup>33</sup>Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>>. Acesso em: Out. 23.

privatizar o ensino público, apenas desejava que as universidades criassem formas de autofinanciamento, criando parcerias com a União e Organizações. O projeto recebeu muitas críticas por ir contra a autonomia das universidades, segundo as ideias de Ramalho *et al.*, (2019) “O governo, ao se redimir de suas responsabilidades, aderiu a um perfil mais empreendedor, fazendo com que seu novo formato se expandisse para a educação, norteador, até hoje, as políticas públicas neste campo”. (Ramalho *et al.*, 2019. p 5.)

Além disso, vale frisar que visando o sucateamento da educação pública, algumas propostas foram elaboradas sem o menor diálogo com a população, o questionamento que permeia é se o mercado aceitaria a tríade ensino, pesquisa e extensão, pois alguns, mercadologicamente falando, não geram retorno financeiro, consequência disso seriam as Ciências Humanas obterem menos recursos.

De acordo com Bauer (2006), para os filhos de operários, a graduação é uma oportunidade de evoluir socialmente. Todavia, o descaso com a educação e educadores só confirma o desmonte da educação nacional. Nesse contexto Bauer (2006) ressalta que na sociedade atual:

“O ensino básico acabou de ser universalizado no Brasil, o que é muito importante, no entanto, esse processo não veio acompanhado de medidas estruturais como a valorização do trabalho docente, ao contrário, observou-se um progressivo descaso com a profissão e um crescente desprestígio social do professor.” (BAUER, 2006, p 450).

Uma das razões para uma pessoa entrar na universidade é adentrar no mercado de trabalho, e a universidade tem essa preparação também como um dos objetivos, devido ao sucateamento na educação essa etapa não tem sido fácil, nem para alunos e muito menos para os professores, que por diversas vezes não tem nem equipamento suficiente para suprir a necessidade de suas aulas e alunos, tal fato, exige que o professor tenha que descobrir novas formas de transformar o ensino. De tal modo, Bauer (2006) afirma: “não há sequer condições de comparar instituições da mesma rede, pois são tratadas de forma diferenciada para atender determinados interesses que não compreendem o todo institucional” p. 451.

De acordo com o texto, nem as próprias faculdades federais conseguem ter o mesmo modelo de excelência. Talvez por motivos de menor retorno de dinheiro investido, o que acaba quebrando o principal objetivo da formação acadêmica, que é formar cidadãos bons e que tenham capacidade de competir perfeitamente no mercado de trabalho, ajudando o país socioeconomicamente.

“Num momento da história em que o trabalho é um direito fundamental do homem e exige conhecimento e escolaridade mais qualificados que, por sua vez, influenciam as relações sociais, as elites políticas nacionais criam inúmeros impedimentos legais ao desenvolvimento e ampliação das universidades públicas na sociedade brasileira” (BAUER, 2006, p 455.)

De fato o parecer é que a pouca expansão do ensino superior não consegue acompanhar a alta demanda de alunos inscritos no vestibular, daí o processo vem a se tornar mais desigual, outro fator que desfavorece essa expansão é que o Brasil atual é voltado cada vez mais para garantir o interesse do mercado. Isso faz com que cada ano passe a ter mais instituições de ensino privadas.

O ensino superior no Brasil sobrevive por meio de muita luta a insistência por parte da população, que não aceita nenhum direito a menos, a universidade tem como pilar a produção de conhecimento onde move os atores sociais dando inclusive a chance, para o mesmo, obter um degrau a mais na sociedade. Políticas do Estado podem garantir uma universidade sólida e uma expansão necessária, isso requer apenas compromisso com a educação, o desinteresse parece imperar nesse sentido, por isso a universidade é defendida pela por parte dos brasileiros.

Atualmente o governo federal tem buscado formas de diminuir os anos de sucateamento, uma dessas contrapartidas é a valorização dos cientistas das universidades públicas, garantir bolsas de incentivo para a manutenção dessas pessoas é o mínimo, principalmente pela carga horária extensa em serviço da faculdade pública de qualidade. Depois de anos de defasagem e incertezas, uma das primeiras implementações do novo

governo foi o aumento no valor da dos auxílios dos estudantes. De fato, necessário para a manutenção de um serviço de qualidade.

### **CAPÍTULO 3**

#### **INGRESSO DE PRETOS E PRETAS NOS CURSOS DO IACS.**

Viu-se anteriormente sobre cotas raciais, pertencimento, lugar de fala, acolhimento, políticas públicas, dentre outras questões. Neste último capítulo objetivo é compreender como os estudantes considerados negros do Instituto de Artes e Comunicação Social lidam com esses aspectos, com um adendo, a escolha de estudar cursos considerados não convencionais. Ao longo dos anos a cultura africana é representada bem no país, essa contribuição trouxe talentos inegáveis, seja na música, nas artes visuais, nos poemas e em todas as linguagens artísticas. Alguns artistas inclusive autodidatas. O paradigma se quebra quando incluímos estudantes aprendendo a fundo essas artes. O espaço da universidade como produção do saber, por muito tempo não incluiu povos pretos a fazer parte desses estudos. Além da produção de Arte, Comunicação e Cultura agora o negro também se vê direito de estudar e ajudar a produzir esse conhecimento. Na visão de Almeida (2018 p.57) a cultura negra pode ser retratada nos diversos tipos de comunicações, porém vistas sempre como “exóticas”, sendo essas manifestações formas de mercadorias. Desse modo, Almeida (2018) diz: “o cinema, a literatura, a música, e as artes plásticas não precisam negar a existência do racismo; pelo contrário, produções artísticas de grande repercussão tratam do racismo e do sofrimento por ele provocado de modo direto”. Tratando desta narrativa de modo natural para a sociedade.

Se o negro produz cultura, onde essas pessoas se encontram se não, na universidade? O último estudo de Diversidade de Gênero e Raça no Audiovisual da ANCINE<sup>34</sup>, 2021, que teve como base 3.779 projetos realizados em chamadas públicas pelo Fundo Setorial do Audiovisual constatou que as direções dos filmes tiveram a participação de 83,0% de pessoas brancas, enquanto pessoas pretas foram apenas 4,6% de pessoas inscritas e 83,7% de pessoas

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes-1>> Acesso em: Dez.23.

brancas sendo roteiristas enquanto apenas 3,8% de pessoas pretas, deste recorte de pessoas pretas, apenas 1,4% são de mulheres pretas como diretora geral, como roteiristas mulheres pretas ocuparam apenas 1,1% do cargo.

É impossível pensar que apenas esta quantidade de mulheres negras tenham interesse no mercado audiovisual. Almeida (2018 p.36) cita que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”, por mais que as instituições não criem o racismo, elas a reproduzem em cadeias totalmente já estruturadas. O curso de Cinema e Audiovisual da UFF existe mais de 50 anos, sendo um dos mais tradicionais do país. Segundo Bento, (2007. p.33).

“O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana”.

A elitização da Arte no país já começa pelo valor de entrada exorbitante nos espaços que produzem essas atividades, além da taxação do direito da branquitude de dizer o que é arte e o que não é. Bourdieu, (2021, Não paginado), quando fala sobre violência simbólica cita “violência suave, insensível, invisível a sua própria vítima, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento”.

Pessoas pobres tendem a não frequentar espaços culturais por receio de sofrer represálias, quanto à vestimenta e até pelo não hábito de ir. A cidade de Niterói – RJ é propriamente uma cidade com muitos espaços culturais, em contrapartida não se vê jovens periféricos nesses espaços. Segundo Bourdieu (1989, p.10), “a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante, assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes”. De fato, não é do interesse da classe dominante que o pobre frequente estes espaços, segundo o mesmo autor, a falsa

consciência da classe dominada faz com que haja uma integração fictícia na sociedade, favorecendo assim “a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções” Bourdieu (1989, p.10).

Pensa-se nas contrapartidas de estudar algo no qual o direito do seu povo de frequentar é negado estruturalmente e sutilmente. No texto O Pacto da Branquitude (2022) de Cida Bento fala-se sobre como o povo branco não reconhece sua herança escravocrata. A autora cita: “É a supremacia incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro... Na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um grupo e relega péssimas condições de trabalho, de vida ou até a morte, para o outro” p14. É obvio que, quanto mais pessoas se especializando mais as estruturas sociais tendem a se mover. O certo seria que as pessoas negras que estudam Arte, cultura e comunicação, não fossem singelas exceções.

“A principal tese de quem afirma a existência de racismo institucional é que conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos”.(ALMEIDA, 2018, p30).

Almeida (2018) cita que racismo é dominação, a força do grupo que nasce da capacidade deles se dominarem toda a organização estrutural da sociedade, institucionalizando assim o racismo, fazendo com que a sociedade ache natural determinado tipo de situações e diferenças sociais. O autor diz que padrões de condutas criados pelo grupo que detém a hegemonia dita o ritmo estruturante “a cultura, a aparência, as práticas de poder de um determinado grupo tornam-se o horizonte civilizatório do conjunto de sociedade” p31. Isso explica inclusive o difícil acesso do povo preto a espaços culturais para visitação, mais difícil, o mercado de trabalho. O setor artístico é predominantemente dominado por pessoas brancas que acreditam fielmente que a arte é apenas da elite dominante. Segundo Bourdieu

(1989, p.12). A classe dominante luta pela hierarquia, cujo poder assenta no capital econômico. Junte a isso, o fato de que para algumas pessoas que não entendem o poder transformador da cultura a veem como algo supérflua, onde consideram apenas outras desigualdades sociais como ditas importantes. Segundo Bento (2022), “não é preciso ter uma lupa para perceber o perfil de candidatos considerados adequados para as posições mais elevadas a hierarquia das instituições” p.9.

No ramo da Comunicação Social, equipes de marketing já começam a entender que o povo preto também consome, diversos produtos atualmente são pensados a nível mercadológico para pessoas negras, sendo eles a maioria da população seu poderio de compra nos dias atuais são mais assimilados e fabricados. Porém não é o suficiente, criar produtos para que a população negra consuma não faz uma empresa antirracista. Adotar medidas antirracistas é colocar o povo preto ocupando cargos melhores.

“A consequência de praticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva a estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado.” (ALMEIDA, 2018. Pag.26).

Este é um desafio para estudantes pretos de Comunicação Social da UFF, conseguir ocupar espaços de chefia em empresas que historicamente são dominadas e pensadas por pessoas brancas. O olhar brancocentrico sempre prevaleceu em veículos de comunicação estampando os valores europeus na comunidade preta, onde representatividade negra não era Avista. Por muitos anos traços negroides não foram considerados belo, denominados por muitos como apenas exótico.

“Bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou se reconhece as desigualdades raciais, explicadas como uma herança negra do período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios”. (BENTO, 2007. p.45)

A comunicação se aproveitou desses estereótipos muito tempo para eurocentrar suas visões, afim de sempre se manterem no topo da cadeia de produção. Segundo as ideias de Almeida (2018), as instituições utilizam dessas regras e das criações dela, para poder privilegiar pessoas brancas, sendo a “boa aparência” uma destas exigências, aparência essa que sempre está associado ao biótipo da branquitude.

Conforme Almeida (2018 p.51) a representação na televisão de pessoas pretas é apenas o imaginário da população brasileira, para o autor este imaginário na comunicação não se sustentaria caso o sistema de justiça do país não criminalizasse a pobreza.

### **3.1 – Pelo olhar dos estudantes do IACS**

Este subitem começará com a citação de Almeida (2018), sobre formas de combate ao racismo. Segundo o autor, é necessária à implementação de práticas efetivas.

“É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem: a) Promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo; b) Remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) Promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gêneros.” (ALMEIDA, 2018, p.37).

É fundamental que a universidade produza formas que contribua na ascensão de seus alunos historicamente marginalizados pelo estado e sociedade. Durante o trabalho de campo, realizado dia 30/10/2023 no IACS II entre os horários de 11:00 horas e 15:00 horas.

A análise qualitativa se deu através do *google forms*<sup>35</sup> criado dia 17/10/2023, sendo respondidos por 27 pessoas, onde apenas 1 não se considera preto. O questionário teve por objetivo atingir estudantes de todos os cursos do Instituto, sendo eles: Publicidade e Propaganda, Cinema, Produção Cultural, Estudos de Mídia, Arte, Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação e Jornalismo. O mesmo teve como recorte alunos que se consideram pretos e pretas e que fazem algum curso do instituto de artes e comunicação

---

<sup>35</sup> Google forms é um serviço gratuito para criar formulários online.

visando entender a percepção deles perante a universidade, colhendo análises da vivência as comparando dentro do âmbito social e racial.

Dentro do questionário as perguntas utilizadas foram: *"Você se identifica como pessoa preta ou preto?", "Nome", "E-mail", "Local onde reside", "Curso", "De onde vem a sua vontade em trabalhar com Comunicação ou Artes?", "Alguém do núcleo familiar chegou a cursar alguma universidade anteriormente?", "Necessita de algum auxílio permanência na universidade?", "Já teve negado algum pedido de auxílio pela Universidade?", "Se a resposta anterior for sim, diga como faz para se manter na universidade.", "Para você, qual a importância do bandeirão na manutenção do aluno?", "O que acha das políticas de cotas raciais?", "Pensou em entrar em cursos considerados clássicos (exemplo: administração, direito) por receio do mercado de trabalho em Comunicação e Artes, pressão familiar ou algo do gênero?", "Alguma vez já se sentiu não pertencente dos espaços culturais que já frequentou e frequenta, devido sua cor?", "Caso a resposta anterior seja sim, poderia falar mais sobre essa questão?", "Vê o IACS como um espaço de acolhimento para o estudante?", "Quais pessoas e personalidades pretas te inspiram na profissão a qual escolheu?", "Antes de entrar na Universidade, já teve debates sobre letramento racial com seus familiares?", "Acredita no IACS como um bom espaço de discussão para fortalecimento de políticas antirracistas e da democratização do acesso de pessoas pretos em espaços majoritariamente frequentados por pessoas brancas?".*

As perguntas foram pensadas de acordo com tema e recorte proposto neste trabalho de pesquisa, bem como: acolhimento do estudante, políticas sociais, cotas raciais, manutenção do aluno, apropriação em espaços culturais, dentre outras questões. Narrativas e experiências individuais foram parte deste subitem, além disto, entrevistas também ocorreram com o intuito de aprofundar mais a pesquisa e melhorar o debate discursivo, para garantir na metodologia uma melhor compreensão dos aspectos sociais e estruturais destas pessoas.

Dentre as entrevistas tem a do aluno K. L. de P. E., estudante de Produção Cultural e morador da cidade do Rio de Janeiro, o aluno cita em seu relato que desde novo teve interesse por trabalhar com Cinema, não tendo nota para este curso, optou por atuar com Produção, atualmente se desenvolve na área cultural e aprimora seu repertório, tendo em vista que nunca teve muito acesso a determinados espaços.

A escrita dessa monografia tem como objeto de estudo alunos como o K., uma pessoa preta que aos 10 anos foi à primeira vez a uma sala de cinema, sentiu-se instigado pelas artes visuais, morador de Santa Cruz - Zona Oeste do Rio, não frequente de espaços artísticos e culturais, descobriu o curso de Cinema em Niterói – RJ, sendo longe de sua casa, não passou no curso da arte desejada, mas se descobre artista e produtor de arte e cultura em outro curso da Universidade Federal Fluminense. Entender os percalços que este menino enfrentou e enfrenta para poder minimamente estudar o que tem apreço é entender este projeto. A faculdade proporcionou ao K. uma nova visão sobre a ocupação de pessoas pretas em espaços culturais, segundo seu relato, seu acesso à universidade proporcionou uma nova visão de mundo para ele e sua família. Como boa parte das famílias pretas brasileiras, debates sobre letramento racial não acontecem em seu lar, onde ele conversa sobre essas questões é no IACS, o Instituto o dá a sensação de pertencimento. Quando perguntado se o IACS é um bom espaço para discussão de políticas antirracistas, sua resposta foi: *“Sem sombras de dúvidas, acho que é um dos institutos que mais debatem o assunto, pois entram em contato com diversos estudos culturais, que por consequência, acabam por esbarrar na realidade, ao qual eu de certa forma nunca me questionava, por que nunca fui neste local? ou por que não posso? Questões como gentrificação, espaços de atuação para pessoas negras e principalmente a precarização do trabalho sempre respinga de forma majoritária sobre corpos pretos. Acredito que o IACS vai além do campo da arte, e sim do humano”*.

Atualmente o aluno recebe da universidade auxílio transporte, anteriormente negado, sendo necessário para que ele exerça o direito dele de ir e vir todos os dias. Quando negado, o aluno teve que vender doces, junto à ajuda de seus familiares, para poder custear sua ida e volta da UFF todos os dias. Nesse contexto, segue a importância do bandeirão e de uma alimentação de qualidade. Dar ao aluno a possibilidade de se alimentar bem, gastando pouco é necessário para a manutenção deste aluno na universidade.

No forms colhido foram analisadas respostas de mais alunos, onde 90% das pessoas que responderam já se sentiram não-pertencente de espaços culturais nos quais já frequentou, essa é uma problemática na qual raramente se vê debatendo na universidade e é interessante se pensar do porque lugares culturais no país ainda serem considerados brancos. Almeida (2018 p.47 e 48) questiona o porquê determinados espaços, vagas e lugares ter pessoas pretas apenas trabalhando em postos de faxina e segurança, e não em condições de cargos altos. O autor se atenta ao fato da população preta ser o conjunto da população brasileira com menor índice de escolaridade, sendo dito anteriormente neste trabalho, alguns motivos que fizeram pessoas não-brancas terem acesso negado a educação. Muitas pessoas negras que trabalham em espaços culturais não tem a percepção destas diferenças sociais gritantes, pois o “*racismo à brasileira*” já é naturalizado. A aluna A. A. de Cinema e Audiovisual, ao ser questionada se sente pertencente de espaços culturais, sua resposta foi: “*É extremamente desconfortável ir em exposições e museus e ser uma das poucas pessoas negras no recinto. Não deveria ser tão comum, e me faz questionar acerca da falta de acessibilidade nesses espaços. Além do mais, se não houver um sentimento de pertencimento, até aqueles que conseguem ter acesso não se sentem bem o suficiente para participar*”.

O protagonismo do povo preto segue sendo invisibilizado. A fim de que, corpos pretos se sintam pertencentes a estes espaços, é necessário que ele se veja representado, não

só em quadros pintados por pessoas brancas, mas trabalhando com arte, estudando arte e incentivando a arte. De acordo com as ideias de Almeida (2018 p.51):

“o racismo é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras um indivíduo vai acabar se convencendo que mulheres negras têm uma vocação natural para o emprego doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que pessoas brancas sempre têm personalidades complexas e são líderes natos.”

Negar o acesso a pessoas pretas nesses espaços é desumano, crianças e adolescentes pretas crescem não tendo o mínimo incentivo a ocupar estes espaços, e quando estão maiores ainda são ditos “sem cultura” e vistos como “sem interesse” por parte da população elitista, porém elitizar este espaço segue sendo um plano bem reproduzido pela branquitude, alguns não tendo ciência do seu próprio privilégio, não tendo noção do poder que ocupa perante a sociedade. Quando se cita o IACS como um lugar de debate antirracista, frisa-se a necessidade desse discurso fazer valer. Corpos pretos têm o direito de adentrar estes espaços desde pequenos tendo o conceito que arte e cultura não são debates superficiais, limitar a visão destas pessoas fazendo com que a comunicação não chegue até eles é mais um retrato de racismo estrutural deste país.

Nas diferentes respostas dos forms, algo a chamar atenção é a forma de manutenção que o aluno consegue para poder continuar com os estudos. Como já citado anteriormente, muitos recorrem à venda de doces nos campus, mesmo que a renda seja mínima, já é o suficiente para que o estudante consiga ir assistir as aulas. No caso da aluna R. C., de Produção Cultural e moradora de Bangu – RJ, hoje sobrevive com o pouco que ganha com o salário de estagiária. Além de usar o valor para uso próprio, tem que tirar o valor da passagem do mês. R. como centenas de estudantes teve seu pedido de auxílio negado e já perdeu diversas aulas por não ter como chegar a Niterói para assistir sua aula. Junto à perda das aulas vem à frustração e o desânimo. Vale lembrar que no estado não tem passe livre para

estudantes intermunicipais, esse poderia ser um paliativo para quem tem que atravessar a cidade para estudar. Esse é apenas mais um indício de que o poder público não tem interesse em mudar estruturas sociais, não dar o mínimo de assistencialismo para a sobrevivência do aluno fere o direito de aprendizagem destas pessoas. Outras formas nas quais os alunos recorrem são trabalhos extras, freelancer, trabalhos em aplicativos e até mesmo com ajuda de familiares e amigos. De fato, todo trabalho é importante, mas em cursos de horário integral conseguir trabalho formal se torna bem mais difícil. Escolher entre a faculdade e trabalho por vezes não é uma opção. Essa é uma questão que faz diversos alunos saírem da universidade se contentarem com subempregos, infelizmente o que resta para a classe mais baixa é a exploração da mão de obra e negação da ascensão econômica, abandonar a universidade e a chance de ascender socialmente é praticamente o atesto de pobreza para a classe dominada.

Pensar no IACS como espaço de acolhimento dos estudantes, também faz pensar quais medidas podem ser debatidas dentro do campi. Apesar da maioria dos participantes da pesquisa considerarem o polo como um lugar de abrigo, para outros esse ambiente apesar de ter potencial para uma ampla discussão é mal utilizado, reflexões acerca do espaço escanteado para pessoas não-brancas se torna essencial para a não naturalização de estereótipos da comunicação brasileira. Infelizmente o conceito academicista ainda impera no campus, há uma bolha que separa a UFF da comunidade geral. Para o aluno I. de M., estudante de Jornalismo o IACS cumpre seu papel perante o acolhimento de pessoas de diferentes raças e gêneros e cita: *“Acredito que a universidade de modo geral é um importante espaço de debate para fortalecer o acesso de pessoas pretas a locais frequentado por brancos (...) E o IACS tem papel importantíssimo nesse acolhimento”*. O que se espera do Instituto, de seus gestores e de gestores dos cursos do instituto é que cada vez mais pessoas pretas ocupem seus devidos espaços, não só como meros frequentadores de aulas e sim como porta vozes da inclusão.

Durante a passagem deste trabalho, no questionamento “De onde vem sua vontade de trabalhar com Arte e/ou Comunicação?”. A maior parte dos estudantes puseram que o interesse vem de si próprio, alguns se descobrindo artistas pequenos, e valorizando o apoio familiar nesta questão. Apoio este que se torna mais importante ainda quando retornamos o pensando na manutenção do aluno diariamente dentro da universidade. O aluno J. L., de publicidade, cita que sua vontade de trabalhar com arte e comunicação vem do desejo de deixar sua mensagem no mundo e impactar pessoas como pretas como ele, sendo ele a primeira pessoa da família a frequentar uma universidade, e apesar de não necessitar de auxílios da universidade, por não se ver representado J. não se sente pertencente ao bairro que mora em Niterói – RJ.

Todos os participantes consideram o bandeirão uma ferramenta essencial para continuidade do estudo. Alguns inclusive citam que sem ele, talvez não tivessem o direito de exercer sua manutenção no curso, é o caso da J. M., aluna de Cinema e Audiovisual que respondeu: *“Eu definitivamente não conseguiria estudar na UFF. Minha família se esforça para que eu viva aqui, mas Niterói é muito cara no quesito alimentação, então, eu mal consigo comer bem todos os fins de semana sem me endividar, imagina sem o bandeirão”*. O aluno N. de O. de Comunicação social cita que se não fosse o bandeirão, sua manutenção no curso estaria em risco desde o primeiro semestre. O valor do almoço na UFF é uma questão muito aclamada pelos universitários, R\$: 0,70 centavos com comida de qualidade e composição dos nutrientes necessários para uma refeição de qualidade, de fato este direito adquirido é uma garantia para os estudantes do polo de Niterói.

Uma grande crítica aos cursos de artes e comunicação é a falta de professores pretos, A. J., aluno de Publicidade e Propaganda frisou: *“precisamos de pessoas dispostas, aliadas à causa e também pessoas que consigamos nos ver nelas! Não adianta falar sobre o fortalecimento de políticas antirracistas quanto não temos outros professores negros nos*

*nossos espaços de desenvolvimento ou quanto os professores brancos presentes não sabem falar sobre o assunto, não querem ou não possuem domínio! Acredito também que a democratização acende com o respeito e a representação, precisamos nos ver nos espaços para esse debate começar a ser tecido veementemente”*. Segundo Almeida (2018 p.85) “não é incomum que as instituições públicas e privadas passem a contar com a presença de minorias em seus quadros (...). No caso do Brasil, um país onde a maioria é negra, a ausência de representantes da população negra em instituições importantes já é motivo de descrédito”.

Neste caso, o IACS mesmo tendo estudantes pretos se sentindo acolhidos pelo espaço, acaba-se desconfigurando também. As políticas de promoção de igualdade transparecem a necessidade de desmarginalizar corpos pretos, ideias de justiça de correção são boas propostas para que não haja tanta distinção entre pessoas brancas e pretas. Espera-se que o instituto como um lugar de estudo das humanidades consiga contribuir com a diversidade de forma prática, afim de, alocar a população demográfica negra que se distancia de universidade e de espaços culturais devido à perversidade de anos de um estado omissivo, transgressor e violento, que não têm pudor ao desfavorecer pessoas pretas em favor próprio tendo como único objeto a manutenção do poder.

### **3.2 – Representações e Personalidades inspiradoras para alunos do Instituto.**

No formulário foi questionado aos alunos quem seriam as inspirações deles no ramo profissional o qual escolheram. Representações negras ocupando espaços sociais elevados inspiram novas pessoas pretas a também ocuparem novos espaços. O mundo da comunicação brasileira é um setor enraizado embranquecido, pouquíssimos atores sociais negros em constante ascensão, os que ocupam este espaço parecem ser selecionados a dedo na cota de pessoas não brancas, com o único e exclusivamente objetivo de ser junto ao grupo enorme de pessoas brancas, o carro chefe da empresa. Segundo Almeida (2018), para que haja mudanças

no mundo da comunicação e artístico cultural brasileiro é ideal que a universidade busque a formas de conscientização de alunos brancos para a aceitação de maior diversidade no mercado de trabalho, levar o debate para fora da academia atingindo agentes culturais é essencial para democratização do acesso.

Neste tópico algumas personalidades brasileiras citadas foram: Maju Coutinho, Lázaro Ramos, Taís Araújo, Glória Maria, Mano Brown, Ruth de Souza, Luedji Luna, Conceição Evaristo, Emicida, dentre outros. Fato é que todos os atores sociais citados acima são de extrema relevância para a comunidade preta nacional. Estes são uma prova de que nem todas as pessoas negras são afetadas por sua condição racial, entretanto atingir a média em que estas personalidades estão alocadas, contendo espaço de poder e prestígio social, para quem vem de família humilde e vive sob o domínio da hierarquia branca é extremamente difícil.

Personalidades e familiares inspiradores são necessários para a continuidade do processo antirracista, por anos foi-se explorado a imagem branca como inspiração, como salvadores da pátria e intocáveis. Alguns alunos citaram seus próprios familiares como inspiração, historicamente falando, principalmente sobre mulheres pretas, estas sempre foram reais inspirações. A mulher negra é desde sempre invisibilizada, onde genuinamente por diversos anos tiveram que abrir mão de suas vaidades para prover por seus filhos. “Mulheres negras têm muitas barreiras para ultrapassar, muitas lutas a travar: educação, família, classe, representatividade, militância”. (Alves 2016, p.274). Neste sentido, pode-se afirmar que durante anos as mulheres negras deixam de ser protagonistas de suas próprias vidas, para conseguir a ascensão de seus filhos.

Alguns alunos expuseram que não se veem representados em suas profissões, assim como se naturaliza a ausência de pretos em cursos universitários, também se naturaliza a ausência de pretos em cargos pretendidos, porque visualmente falando, o “normal” da sociedade racista, são negros em trabalhos precários, presídios, favelas, e quando não os vê

nestes espaços, tende-se a crer que as coisas não estão corretas. Este é um infeliz retrato do racismo estrutural e institucional e também é mais um adendo a necessidade da Universidade se adequar para o recebimento de novos alunos não-brancos em seus campus.

“A meritocracia se manifesta por meio de mecanismos institucionais, como os processos seletivos das universidades os concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmos nos sistemas de ensinos públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes dos cargos de prestígios e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário, que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade” ALMEIDA (2018 p.63)

O discurso meritocrático acaba minimizando o racismo, que visam colocar no topo ordenadamente os mesmos perfis com o respaldo de que se a população negra não ascendeu socialmente foi porque não se empenharam o suficiente, aumentando assim a desigualdade racial e social. Esta talvez seja a forma mais globalizada de manter pessoas pretas a margem da sociedade.

Algo relevante a ser citado neste projeto é que, apesar de pouca representatividade de professores pretos ou pretas nos cursos do IACS, a professora Cristiane Campos, de Projeto Cultural III – do curso de Produção Cultural, foi citada como sendo inspiradora para um aluno. É dever do instituto prover aos estudantes experiências que possam tornar a ida dele a universidade menos árdua, quebrando estereótipos de reprodução do sistema e do aspecto social que diretamente atinge a população negra da sociedade.

“uma simples pergunta que nos ajuda a refletir é: quantas autoras e autores negros o leitor e a leitora, que cursaram a faculdade leram ou tiveram acesso durante o período da graduação? Quantas professoras ou professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros, de ambos sexos, existem nas principais redações do país ou até mesmo nas mídias ditas alternativas?” (RIBEIRO 2017 p.64).

A universidade não deveria ser apenas mais um setor de demonstração desta desigualdade, que constitui em reportar os estereótipos. Enegrecer as bibliografias da academia também são formas de diminuir as distinções, assim, construindo pontes para a democratização do Ensino Superior. Segundo Ribeiro (2017), quando as representações não ocupam estes lugares

“acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, em meios de comunicação, política institucional, impossibilita que as vozes desses grupos sejam catalogadas” p.64. Para uma sociedade mais justa e igualitária é necessário enriquecer o currículo acadêmico criando métodos que não silenciem discentes e docentes perante relações raciais e sociais.

No fator acolhimento pesa-se também o melhor aproveitamento futuro do aluno, espera-se que o Instituto faça jus ao que os estudantes reiteram, não só no discurso pedagógico, mas também no senso coletivo, seja de raça, valor ou gênero. A sensação de pertencimento racial baseia-se também na quantidade de semelhantes que visualmente se acha em determinado espaço. É talvez o processo de maior complexidade para os gestores da unidade, a construção de experiências sobre a negritude, com pouca parte dela. Acaba por criar novas ao aluno novas perspectivas e pensamentos de superação do racismo, bem como todas as pessoas citadas no ramo da representatividade.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este estudo constituiu em buscar as direções escolares como formadora de pessoas negras pedagogicamente e socialmente. No saber da pedagogia, quando se fala em questões raciais, não se trata apenas da história do povo negro ser conceituada, mas também em entender o percurso do enfrentamento ao racismo até os dias atuais, questões socioeconômicas, culturais e etc. Quando se entende que as duas questões, pedagógica e social, estão entrelaçadas, diminuem-se consideravelmente os percalços do racismo estrutural que pessoas pretas estão fadadas a passar. Racismo velado e recreativo são dois tipos de racismos que poderiam diminuir caso todos fossem ensinados de pequenos a aceitar as diferenças, aceitar que o crespo não é feio e que o preto é belo. Lamentavelmente, o racismo recreativo praticado ainda na primeira infância, geram traumas que podem perpetuar ao longo de boa parte da vida, onde estereótipos são reproduzidos grosso modo, a fim de sempre reconhecer os traços negroides como diferente. Ao passo que, na pedagogia, se os professores não se atentarem a isto, a formação educacional que também passa por eles, continuará nessa representação racista da sociedade.

A relação do homem com o corpo evidencia que padrões estéticos da branquitude perpetuaram e perpetuam na sociedade, e por mais que o povo negro não conviva mais com a escravidão, pessoas pretas são ensinadas de jovens a seguir os padrões da branquitude para que se adequem ao espaço caso eles queiram ser aceitos dentro dos ambientes considerados brancos. Isso constitui em controlar suas vozes, domar seus cabelos e ser sutil, tal qual uma pessoa branca seria. Esta também é uma forma de serem menos criminalizados por parte do Estado. Estado este que entende que de acordo com sua vestimenta e seus traços você tem mais chance de ser marginalizado, produzindo e perpetuando o discurso da estigmatização negra.

Depois de muito serem ensinados a controlar seus hábitos para se adequar, vê-se uma gama de crianças, jovens e adultos negros se desprendendo destes padrões estéticos e reassumindo seus estilos negros, entendendo a importância da construção racial cotidianamente e do letramento racial dentro de suas próprias casas, que é também de onde pode surgir o empoderamento racial, onde negros são donos de sua própria história e jornadas, descobrindo a verdadeira africanidade escondida pela sociedade, dominando a estética negra e superando os preconceitos do racismo estrutural e institucional.

A expansão do acesso de pessoas não-brancas no Ensino Superior estabelece percepções positivas na construções de pessoas formadoras de opinião e aumento do senso crítico, se antes a academia era toda pensada por pessoas brancas agora existem milhares de pessoas negras que utilizam de seu espaço, adquirido por direito, para que a universidade tenha um discurso plural e diferenças fenotípicas, este processo aumenta a identificação de grupos autodeclarados pretos, gerando relações de recorte racializados e não somente recortes acerca do pensamento e corpo branco. Neste sentido, a importância da temática racial ser debatida tanto de dentro da universidade para fora dela, quanto de fora dela, para dentro. Vivências sócias são de extrema relevância a serem ouvidas dentro das escolas e universidades, no devido caso, o lugar de fala se torna uma atividade docente, onde o exercício é ouvir e entender questões raciais do ponto de vista de pessoas que lidam com a herança escravocrata e a margem de um país classista, branco, extremista e desigual. De fato que nem todas as pessoas pretas têm esta percepção sobre o racismo, alguns normalizam e incluem o racismo no ramo da meritocracia, a questão é que quanto mais pessoas pretas forem donas de suas próprias trajetórias e puderem falar sobre isso sem serem menosprezados por suas vidas árduas e questionamentos, novas pessoas pretas se sentirão acolhidas por estes afetos, formando assim, novos grupos sociais e raciais a serem estudados e debatidos com excelência.

No âmbito academicista o fator acolhimento tende a ser um motivo para a manutenção do aluno na universidade, quando acolhido o mesmo sente prazer em ocupar aquele local, isso passa pela percepção de estar bem, daí o reconhecimento do Instituto como detentora do conhecimento e possível provedora da ressignificação cultural e social. Fato é que se caminha a passos largos de uma sociedade justa e igualitária, convive-se com a um racismo velado e com as falsas ideias de que existem bastantes pretos no Ensino Superior nacional.

Quando se cita que pessoas pretas não se sentem bem ao frequentar espaços culturais, não é somente por quem ocupa o cargo no topo, mas também por quem convive em um ambiente tomado pela branquitude e não se questiona do porque pessoas pretas não ocuparem aqueles espaços. Tecnicamente somos todos moldados e criados em estruturas raciais não complexas, digo não porque elas não são de difícil entendimento, elas estão estruturadas da maneira que estão, pois é conveniente a quem ocupa o poder que pessoas pretas não cheguem ao topo da pirâmide social.

Pensa-se no IACS como um possível lugar para o aumento destes assuntos e questionamentos, no que diz respeito à capacidade de aumentar o nível destes debates o Instituto detém, mais interessante seria se os cursos presentes conversassem entre si sobre formas de minimizar danos institucionais causados pelo racismo. Trazer o questionamento a alunos brancos também é uma forma de fazê-los pensar acerca da ausência de alunos pretos nas salas e de negar as estruturas meritocráticas, onde a mesma não se sustenta neste país desigual. Acolher pode começar por tornar os diferentes biótipos a par das questões raciais do Brasil, tanto pedagógicos, quanto culturais e sociais. Com a finalidade de que essas pessoas brancas também se atentem as suas próprias atitudes de racismo velado. A ocupação e enegrecimento de espaços universitários como o IACS tem se dado através de muita luta, e é necessário que esse debate saia da bolha e do discurso elitista da academia, que grita pluralidade, mas não escancara esse pluralismo visualmente, isso se dá também nas formas de

continuidade de pessoas de baixa renda nos cursos. De fato não deveria ser sobre um indivíduo ascender social e sim como o grupo de indivíduos transcenderão. Tornar o aluno preto parte da academia é algo urgente a ser pensada, inclusão de autores pretos em livros, cineastas pretos a serem estudados, silenciamento racial, empoderamento do povo preto, dentre outras questões são formas de diminuir os danos. Sabe-se que esta não é uma mudança que ocorrerá facilmente, principalmente no nível de humanização de pessoas brancas, mas percebe-se também que conforme ampliamos o discurso igualitário, mais estudantes se sentem abraçados por estes.

As trajetórias de corpos pretos dentro do IACS engradece o próprio instituto, pessoas pretas se formam anualmente a modo digno e carregam o nome da universidade em seus grandiosos currículos, representando assim, diversas pessoas que não conseguiram estar dentro deste espaço. A realidade em que o negro está inserido no Instituto reafirma sua identidade através das artes e da comunicação, podendo repensar seu lugar e posição no mundo. Com grandes chances não só mercadologicamente falando, mas também de aprimorar o senso crítico em busca dos saberes.

## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARAÚJO, D. P. “Inclusão com mérito” e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. **Revista Direito e Práxis**. v. 10. n. 3. set. 2019, p. 2182-2213. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 Set. de 2023.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. – 1ªed. ´- São Paulo: Companhia de Letras, 2022.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BRASIL. **Lei de n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016**, Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 5 de Out. de 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 Out. de 2023.

BAUER, C. Política de expansão do ensino superior: a classe operária vai ao campus. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v.8, n.2, jul./dez. 2006, p. 449-470. Disponível em: <[www.redalyc.org](http://www.redalyc.org)> Acesso em: 25 Set. de 2023.

BOAS, F. **Cuestiones Fundamentales de Antropologia Cultural**. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1964. [Diretamente traduzido de *The Mind of Primitive Man*. New York: The Macmillan Co., 1943].

BRITO, D. (2018). **Cotas foram revolução silenciosa no Brasil - afirma especialista**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em 22 Set. de 2023.

CARVALHO, L de S. O encarceramento em massa da população negra, agenciado pelo estado brasileiro, como um mecanismo do genocídio anti-negro. Anais... XVI **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, 2018. Disponível em: <[www.periodicos.ufes.br](http://www.periodicos.ufes.br)> Acesso em: 25 Set. de 2023.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 2007. 189 p.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, Maio/Ago; 2005, p. 164-176. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 Jul. de 2023.

DOLZANI, M. C. S. **O ensaísta esquecido e o clássico da antropologia: a questão racial para Manoel Bomfim e Franz Boas**. 2010. 102 F. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp121697.pdf>>. Acesso em 09 Jul. de 2023.

ESTANQUE, E. A práxis do trote: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra. **Sociol. Antropol.** v.07.02, pp. 429–458, Rio de Janeiro, Agosto, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 Out. de 2023.

GOLDMAN, M. BANAGGIA, G. A política da má vontade na implantação das cotas étnico-raciais. **Rev. Antropol.** São Paulo, v.60, n.1, 2017, p. 16-34. Disponível em: <[www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br)> Acesso em: 29 Set. de 2023.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? **Rev. Bras. Educ.** n.21, Rio de Janeiro Sept. /Dec. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 01 Out. de 2023.

\_\_\_\_\_. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.10, n.18, p.133-154, abr. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>> Acesso em: 25 Ago. de 2023.

GUARNIERI; F. V.; SILVA, L. L. M. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. V.21, N. 2, Maio/Agosto de 2017, P. 183-193. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05 de Jul. de 2023.

HENRIQUES, R. (2001). **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, n. 807). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 de Ago. de 2023.

JESUS, R. E. de. “Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização”. **Educ. Rev.** v.34, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org>>. Acesso em: 01 de Out. de 2023.

JORDÃO, F. **Lei que torna racismo crime completa 30 anos, mas ainda há muito a se fazer**. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/01/05/interna\\_nacional,1019014/lei-que-torna-racismo-crime-completa-30-anos-mas-ainda-ha-muito-a-se.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/01/05/interna_nacional,1019014/lei-que-torna-racismo-crime-completa-30-anos-mas-ainda-ha-muito-a-se.shtml)>. Acesso em: 05 Out. 2023.

KILOMBA, G. “A Máscara” - Traduzido por Jéssica Oliveira de Jesus. **Biblioteca do Comum**. 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadocomum.org>>. Acesso em: 16 Ago. de 2023.

LEMOS, I. B. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.22, n.71, 2017, p. 1-25. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 Set. de 2023.

MARQUES, E. P. de S. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 Jul. de 2023.

MOUTINHO, L. ALVES, V., & MATEUZI, M. “Quanto Mais Você Me Nega, Mais Eu Me Reafirmo”: Visibilidade e Afetos na Cena Negra Periférica Paulistana. **Revista TOMO**, n.28, jan./jun. [S. I.], 2016. Disponível em: <[periodico.ufs.br](http://periodico.ufs.br)>. Acesso em: 10 Jul. de 2023.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. **Rev. Katál. Florianópolis**.v.12, n.2, jul/dez. 2009, p. 268-277. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 15 Jul. de 2023

RAMALHO, R. B. et al. Uma análise crítica acerca do Future-se como proposta de privatização da educação superior pública. **IV Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências - CONAPESC**, Campina Grande, 22-24 agosto 2019. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO\\_EV126\\_M D1\\_SA13\\_ID2809\\_12082019235829.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conapesc/2019/TRABALHO_EV126_M D1_SA13_ID2809_12082019235829.pdf)>. Acesso em: 06 Out. de 2023

RETRATO das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. – 4. ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39p. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 15 Out. de 2023

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

TAKAHASHI, F.; SALDAÑA, P.; SOARES, M. **Cotista tem nota boa na universidade, mas recua em cursos com matemática**. (2017). Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 22 Set. de 2023.

TEIXEIRA, G. P. et al. A mercantilização do ensino superior brasileiro. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**, 4. Anais... Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>> Acesso em: 24 Ago. de 2023

VENTURINI, J.C. *et al.*, Percepção da avaliação: um retrato da gestão pública em uma instituição de ensino superior (IES). **Rev. de Adm. Pública**. V.44, n.1, 2010, p.31-53. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 Set. de 2023.

VIANNA, L. I. P. J. A. **A supervisão na prevenção da violência escolar**: uma abordagem sobre o *bullying*. Monografia (Pós-Graduação em Administração e Supervisão Escolar) – Universidade Candido Mendes, AVM, 2011, 42p. Disponível em: <<https://www.avm.edu.br>>. Acesso em: 15 Out. de 2023.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.** v.11, n.32, Rio de Janeiro, May/Aug. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 Set. de 2023.